



POLÍTICA +

Rosane de Oliveira
rosane.oliveira@zerohora.com.br
zerohora.com/rosanedoliveira
@rosanedoliveira

Com Débora Cademartori | debora.cademartori@zerohora.com.br | 3218-4387

ZERO HORA
TERÇA-FEIRA,
19 DE SETEMBRO DE 2017

8

DORIA FRUSTRA QUEM ESPERAVA PROPOSTAS CLARAS PARA O PAÍS



A passagem do prefeito de São Paulo, João Doria (PSDB), por Porto Alegre, ontem, confirmou que ele está em campanha aberta para ser o candidato do PSDB a presidente da República e busca apoio externo para se legitimar. Em almoço organizado pelo Grupo de Líderes Empresariais (Lide), do qual é fundador, Doria deveria falar sobre gestão pública, mas tangenciou o tema e gastou a maior parte do tempo atacando o PT e alertando para o risco da volta do ex-presidente Lula. Nem precisava: a plateia, formada por empresários e executivos de orientação liberal, já era antipetista.

Depois de alertar para o risco de uma "vitória do extremismo", referindo-se a Lula pela esquerda e a Jair Bolsonaro pela direita, criticou o PSDB por ter subestimado a força do PT em eleições anteriores.

— Meu partido adotou a

tese do "deixa sangrar" e acabou ajudando a eleger e reeleger o PT, que destruiu o país — disse, enfileirando dados sobre desemprego, corrupção e estagnação, que considera o legado perverso da legenda.

Desde a entrada no salão principal da Associação Leopoldina Juvenil, o comportamento foi de candidato, embora tenha dito que não precisa concorrer e que só quer "defender o Brasil". Durante a palestra, desceu do púlpito e caminhou entre as mesas para ficar mais próximo da plateia. O evento, como outros do Lide com a presença de Doria, foi aberto com o Hino Nacional e encerrado com a música tema das vitórias de Ayrton Senna na Fórmula-1. Foi aplaudido de pé. Doria repetiu, praticamente sem alterar a sequência, o discurso que fez no Fórum da Liberdade, em abril. Apresentou-se como um vencedor, uma pessoa que superou a pobreza

inspirado na coragem da mãe e que aprendeu com o pai valores como "honestidade, decência e moralidade".

— Sou um guerreiro, um lutador — sintetizou.

Diante de empresários como José Galló (Lojas Renner) e de políticos como o vice-governador José Paulo Cairati, reafirmou o discurso da antipolítica. Gabou-se de não aceitar indicações de partidos para compor sua equipe. Contou que, quando venceu a prévia no PSDB, rejeitou os conselhos para ter um vice de outro partido e escolheu o derrotado, Bruno Covas.

— Eu disse não tem negociação. Quero chapa pura.

Sobre gestão, ficou nas generalidades. Defendeu a política econômica do presidente Michel Temer e disse que ela precisa continuar. Pregou eficiência, inovação e seriedade com a coisa pública, receitas que estão em qualquer manual de administração pública.

ALIÁS

Quem acompanhou a última visita de Geraldo Alckmin a Porto Alegre não teve como evitar a comparação entre o discurso dele e o de Doria. Líderes locais do PP e do PSDB avaliaram que, em matéria de conteúdo, Alckmin é mais consistente.



CANDIDATOS NA PLATEIA

Dois pré-candidatos ao Piratini acompanharam a palestra de Doria em Porto Alegre: Eduardo Leite (PSDB) e Mateus Bandeira (Novo). Admirador de iniciativas de Doria, especialmente das privatizações, Bandeira lamentou que o prefeito não tenha se aprofundado nas soluções para os problemas do país.

Os prefeitos dos principais municípios governados pelo PSDB (Porto Alegre, Pelotas, Santa Maria e Novo Hamburgo) participaram do almoço, mas Doria só citou Nelson Marchezan, a quem mais de uma vez chamou de "Nelsinho".

Depois do encontro, Doria foi a Novo Hamburgo. De helicóptero, para não perder tempo na estrada.

A VEZ DA BR-290

Além da mobilização por obras na BR-116, políticos de vários partidos trabalham agora para garantir recursos e dar continuidade à duplicação da BR-290, até Pantano Grande. Hoje, 7% da obra está concluída. Idealizada pelo deputado Luiz Fernando Maimardi (PT), uma frente parlamentar pela duplicação da rodovia será lançada na próxima segunda-feira, em Butiá. O grupo quer aproveitar a fase de confecção do orçamento de 2018 para contemplar a estrada.

Para que os trabalhos não parem, além de recursos da União, a ideia é destinar valores de emendas às quais deputados e senadores têm direito.

Para evitar o ingresso de mais ações na Justiça contra a União, a ministra Grace Mendonça, da AGU, propôs ao procurador-geral do Estado, Euzébio Ruschel, a criação de uma câmara de conciliação em relação ao regime de recuperação fiscal, prestes a ser assinado pelo governador José Ivo Sartori. A intenção é levar todas as divergências a uma mesa de negociação.

A SER INSTALADA HOJE NA ASSEMBLEIA, A FRENTE PARLAMENTAR QUE ACOMPANHARÁ A ADESAO AO REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL QUER SABER O QUE O PIRATINI FARÁ COM AS AÇÕES QUE O ESTADO TEM CONTRA A UNIÃO. PELA LEI, O SOCORRO FICA CONDICIONADO À RETIRADA DOS PROCESSOS QUE JÁ TRAMITAM NA JUSTIÇA.

Por um Rio Grande mais forte.

Os Auditores-Fiscais da Receita Estadual disponibilizam, de forma ilustrativa, entre muitas outras disponíveis, cinco receitas como alternativas para ajudar o Estado a superar essa crise financeira que assola o povo gaúcho, sem aumentar impostos. Responsáveis pela Administração Tributária do Estado, demonstram a existência de mais caminhos sustentáveis para o equilíbrio das finanças estaduais, sem manter o foco apenas no corte de despesas.

Os gaúchos querem um Estado com mais condições de proporcionar melhores serviços e oportunidades de melhorias na qualidade de vida. Nesse sentido, a Receita Estadual demanda uma gestão autônoma integralmente focada na missão de buscar os recursos indispensáveis ao bem-estar dos gaúchos. Atuando desta forma, a Receita Estadual estará dando um grande passo para viabilizar ao Estado e aos Municípios atenderem as demandas da sociedade gaúcha.

O caminho para um Rio Grande mais forte é investir na Receita Estadual.



Saiba mais em: www.cincoreceitas.org.br

AUDITORES-FISCAIS NO COMBATE À CRISE DO ESTADO

Transição ao lado de investigados



Na posse, Raquel (D) ao lado de três alvos de inquérito: Temer (C), Eunício (E) e Maia (D). Cármen Lúcia (E) é a exceção

EM FALA DISCRETA, procuradora-geral prometeu defender a democracia, zelar pelo bem comum e pela harmonia entre os poderes e garantir que ninguém esteja "acima da lei"

MARCEL HARTMANN
Especial

Raquel Dodge assumiu o cargo de procuradora-geral da República em rápida cerimônia na manhã de ontem, na sede da Procuradoria-Geral da República (PGR), em Brasília. Em discurso rápido, defendeu a harmonia entre os poderes e ressaltou a importância do Ministério Público Federal (MPF) no combate à corrupção. Ao mesmo tempo, a nova responsável pela Lava-Jato sentou-se à mesa na qual apenas a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia, não é alvo de inquérito pela operação.

Ao lado, estavam o presidente Michel Temer, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e o presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE) — os três estão sendo investigados.

A cerimônia foi rápida, durou cerca de 30 minutos. Antecessor no cargo, Rodrigo Janot não esteve presente, como já havia revelado, sob a justificativa de seguir procedimentos protocolares. Em discurso com palmas apenas no fim, Raquel enfatizou a importância do MPF em combater a corrupção, mas também de defender os direitos das minorias.

Raquel disse "estar ciente da difícil tarefa" de comandar a PGR, mas que espera garantir que "ninguém esteja acima da lei e ninguém esteja abaixo da lei". A nova chefe do MPF citou o papa Francisco ao dizer que a corrupção "faz per-

der o pudor", mas reafirmou a "esperança de dias melhores para o Brasil". Em referência à crise institucional — Janot foi alvo de críticas de Temer e do ministro do STF Gilmar Mendes —, Raquel deu tom de conciliação.

CARGO É ASSUMIDO EM MEIO À POLÊMICA POR TROCA DE EQUIPE

A Lava-Jato, carro-chefe da gestão de Janot, não foi citada no discurso. Raquel avalia a substituição de integrantes da equipe da operação formada em Brasília pelo antecessor. Uma portaria determinando a mudança já foi redigida e vazou à imprensa no fim de semana. O documento, porém, ainda não foi oficialmente publicado.

Na cerimônia, Temer fez discurso marcado por elogiar o currículo de Raquel e por não citar o nome de Janot, que moveu duas denúncias contra ele por organização criminosa, obstrução da Justiça e corrupção passiva. Mesmo assim, houve alfinetada.

— Toda vez que alguém ultrapassa os limites da Constituição, verifica-se um abuso de autoridade, porque a lei é a maior autoridade do sistema — afirmou Temer.

Maia é investigado por supostamente receber R\$ 1 milhão em propinas da OAS. Já Eunício foi alvo de pedido de inquérito porque teria recebido R\$ 2,1 milhões da Odebrecht para aprovar a medida provisória 613, editada em 2013 e que concedia incentivos fiscais aos produtores de etanol e à indústria química.

O papa Francisco nos ensina que a corrupção não é um ato, mas uma condição, um estado pessoal e social, no qual a pessoa se habitua a viver. O corrupto está tão fechado e satisfeito em alimentar a sua autossuficiência que não se deixa questionar por nada e ninguém.

O país passa por um momento de depuração. Os órgãos do sistema de administração de Justiça têm no respeito e harmonia entre as instituições a pedra angular que equilibra a relação necessária para se fazer justiça em cada caso concreto.

RAQUEL DODGE
Procuradora-geral da República



DETALHE ZH

Segundo assessores, a palavra de ordem no início da nova gestão de Raquel Dodge será "discrição". Diferentemente de seu antecessor, Rodrigo Janot, ela tem dito a interlocutores que pretende evitar o protagonismo de sua cadeia na Operação Lava-Jato.

PERFIL DA NOVA CHEFE DO MPF

Nome completo: Raquel Elias Ferreira Dodge
Idade: 56 anos
Origem: nasceu em Morrinhos (GO). É filha do procurador aposentado José Ferreira.
Vida pessoal: é casada com o americano Bradley Dodge. É mãe de Sophia e Eduardo.
Carreira: mestre em direito pela Universidade Harvard, ingressou no MPF em 1987. Foi subprocuradora-geral da República com atuação no STJ na área criminal, e integra a Câmara que trata de assuntos relacionados ao consumidor e à ordem econômica. Coordenou a Câmara Criminal. Atuou na Operação Caixa de Pandora (2009), que revelou o mensalão do DEM, e participou da redação do Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo. Ficou em 2º lugar na lista tríplice encaminhada ao presidente Michel Temer após votação entre os procuradores para o cargo de procurador-geral. Em 2015, havia ficado em 3º lugar.

O general falou demais, mas tem apoios

Existem duas razões para o general Antônio Hamilton Mourão ter pregado, de forma ostensiva, algum tipo de intervenção militar no país, caso "não se solucione o problema político".

A primeira é profunda, ideológica, conforme afirmaram a Zero Hora um general e um coronel com proeminência no Exército (e que, por motivos óbvios, preferem manter a opinião no anonimato). Eles ressaltam que militares costumam se orgulhar de dois mantras: anticorrupção e antibaderna.

De corrupção nem é preciso falar muito, em termos de Brasil dos últimos tempos. É a baderna não tem ocorrido, mas há sempre o temor de conflito entre grupos políticos antagonistas, especialmente em ano pré-eleitoral.

Mourão, maçom graduado, escolheu seus pares da maçonaria para um recado: "Se ninguém se acertar, terá de haver algum tipo de intervenção, para colocar ordem na casa".

Ele tem respaldo? A realidade é que, apesar de respeitado na caserna, é visto como um fardado que fala mais do que o recomendado. Sempre teve posições políticas escancaradas, inclusive ao tolerar homenagens ao comandante que teria sido

responsável por torturar Dilma Rousseff – e a homenagem ocorreu quando ela ainda era presidente. O ato custou a ele o Comando Militar do Sul. Deixou de liderar tropas para cuidar das finanças do Exército.

Um general no lugar de Jair Bolsonaro?

Mourão tem pretensões políticas? Ele nega, mas poderia, já que se aposenta em março. E teria apoios. Especialmente no alto oficialato das Forças Armadas, que torce o nariz para a candidatura presidencial de Jair Bolsonaro, visto por muitos como um capitão sem brilho intelectual e com propensão a extremismos. Tudo que a maioria dos fardados não quer. Mas Bolsonaro está na mídia há décadas e é bem cotado nas pesquisas, enquanto

Mourão teria de lutar para ser conhecido fora da caserna.

É possível que Mourão, ao discursar de forma política, pretenda chefiar as Forças Armadas. O atual comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, está com doença incapacitante, de origem neurológica. Até de cadeira de rodas tem circulado. Pode deixar o cargo em breve. Mourão encontraria

no páreo pelo comando fardado outro general preparadíssimo, Sérgio Etchebegoyen, hoje titular do Gabinete de Segurança Institucional (GSI). Até por ser conselheiro do impopular presidente Michel Temer, talvez Etchebegoyen não chegue ao cargo máximo do Exército – e sequer aspire a isso.

Há também uma razão conjuntural para o discurso de Mourão. As Forças Armadas estão na penúria. O orçamento militar sofreu nos últimos cinco anos redução de 44,5%. De 2012 para cá, os recursos discretionary foram cortados de R\$ 17,5 bilhões para R\$ 9,7 bilhões anuais. São as verbas afora salários, alimentação e saúde.

Só neste ano houve contingenciamento de gastos de 40% (assim como em outras áreas do governo federal). O Exército tem sido forçado, em muitos casos, a encolher expediente e antecipar a baixa dos recrutas. É nesse cenário que Mourão fez seu discurso, que agrada sobretudo à plateia interna, militares insatisfeitos com sua situação precária.

Confusão em 1964 era bem maior do que a atual

Essa agitação toda, com fardados discursando, tem seu precedente mais significativo na derrubada do

governo João Goulart pelos militares, em 1964. Mourão, por ser jovem, não viveu aquele período histórico. Alguma semelhança com aqueles tempos? A verdade é que a confusão política era bem maior. Grupos de extrema-esquerda e extrema-direita disputavam o protagonismo nas ruas e, também, nos quartéis. Greves pipocavam por toda parte, inclusive entre sargentos e marinheiros das Forças Armadas. Invasões de terra eram uma constante, na pressão por reforma agrária. Marchas de esquerdistas e direitistas ocorriam cotidianamente. O governo era tachado de corrupto, e os militares, de gorilas.

Principais diferenças: o presidente atual tem apoio no Congresso, algo que fez falta a Goulart. Além disso, a esquerda foi aliada do poder no momento. Dilma foi afastada e Lula, apesar de pré-candidato, enfrentará obstáculos legais para se eleger. Quem os militares derrubariam, que não o histórico adversário esquerdista? Um corrupto, se eleito (ainda mais em tempos de Lava-Jato enfraquecida)? Talvez tentem a tutela, se o político escolhido for fraco. Mas o mais provável, na real, é que o discurso de Mourão seja jogo de cena. Balizador do que os fardados não querem, mais do que daquilo que querem.



O que disse o general quanto a intervenção militar em Brasília? **Antônio Mourão**



Dois vídeos sobre as declarações do general em Brasília? **Antônio Mourão**

TJ confirma falência do M.Grupo

INCORPORADORA NÃO ENTREGOU imóveis para pelo menos 400 clientes no Rio Grande do Sul e acumula dívidas com o fisco

JOSÉ LUIZ COSTA
jose.luis.costa@zerohora.com.br

Sob indefinição desde fevereiro, a falência da Magazine Incorporações S/A, com nome fantasia de M.Grupo, foi confirmada por unanimidade pela 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado (TJ). A decisão abre caminho para bloqueio de bens e varredura nas contas da empresa, que ainda pode recorrer. O M.Grupo surgiu no Estado em 2008 prometendo investir R\$ 1 bilhão em negócios, mas deixou de entregar imóveis a pelo menos 400 clientes, além de ficar devendo para bancos e o fisco.

O rombo nas contas até 2016 chegava a pelo menos R\$ 505 milhões – o número oficial ainda é desconhecido, assim como o patrimônio da incorporadora. Até o momento, os donos do M.Grupo, Lorival Rodrigues e o filho Cyro Santiago Rodrigues não prestaram declarações à Vara de Direito Empresarial, Recuperação de Empresas e Falências da Capital. Quando isso ocorrer, terão de apresentar, conforme a lei, livros contábeis e lista completa de bens e de credores.

“Estamos diante de um processo excepcional. São centenas, senão milhares de consumidores lesados. (...) Guardadas as devidas proporções, faz lembrar a falência da Encol (construtora goiana que foi à ruína em 1999, lesando 42 mil clientes no país)”, relata documento encaminhado ao judiciário pela Medeiros & Medeiros Administração Judicial, nomeada pela Justiça para gerenciar a massa falida.

GESTORA JUDICIAL BUSCA RECURSOS PARA CREDORES

A empresa trabalha com 15 profissionais, entre advogados e contadores, buscando documentos, encaminhando pedidos e se reunindo com representantes de credores.

– Solicitamos a intimação do falido, e vamos pedir a extensão dos efeitos da falência da Magazine para as demais empresas deles – afirma o advogado João Adalberto Medeiros Fernandes Júnior, sócio da Medeiros & Medeiros.

A administradora



tem mapeado subsidiárias do M.Grupo. Até agora foram identificadas 76, dos setores imobiliário, investimentos, marketing, eventos, fazendas, extração de areia, mineração, tecnologia e estacionamento. Uma delas, a JVL Equity Participações Societárias, tem sede em São Paulo. Aberta em setembro de 2016, consta com capital social de R\$ 1,3 bilhão, segundo o cadastro da Receita Federal. Os sócios da JVL são outras duas subsidiárias do M.Grupo e a filha de Lorival, Camila.

Para Fernandes Júnior, a abertura de dezenas de empresas – mais de 50 em 2016, grande parte com capital social de R\$ 2 mil – seria forma de ocultar bens.

– Pode ser uma cortina de fumaça para o endividamento que já existia. Mas ainda não temos percepção clara dessas atitudes – pondera.

Os gestores querem ainda a quebra dos sigilos fiscal e bancário dessas empresas, o bloqueio de valores e a indisponibilização judicial de bens. A MInvest, um dos braços da Magazine, vendeu R\$ 169,8 milhões em debêntures (títulos de dívida privada).

– Nosso objetivo é localizar, arrecadar e vender ativos em leilão judicial. Em paralelo, vamos elaborando a lista dos credores. Depois, quando tivermos dinheiro em caixa, faremos os pagamentos – observa Fernandes Júnior.

Por lei, a prioridade é quitar dívidas trabalhistas (mais de cem ações), depois, pagar detentores de hipotecas, seguidos de tributos fiscais e clientes. O advogado evita dar prazo e diz que a maior dificuldade será conferir quem tem saldo devedor com o M.Grupo e quem já quitou pagamento de imóveis não entregues.

– Queremos, de forma legal e justa, equacionar problemas relacionados, principalmente, aos adquirentes das unidades e que os empreendimentos sejam concluídos.

A falência teve origem em débito do M.Grupo com um comprador de sala do projeto Majestic, em Gravataí. O prédio seria o mais alto do Estado, com 42 andares.

Jamais saiu do papel, embora dezenas de unidades tenham sido vendidas, e, segundo Fernandes Júnior, está inviabilizado em definitivo.

– A massa falida não tem interesse em construção. Provavelmente ocorra a alienação do terreno.

Justiça sequestrou 18 carros de luxo de donos da empresa

A primeira solicitação da Medeiros & Medeiros Administração Judicial, gestora da massa falida do M.Grupo, foi a indisponibilização de 18 veículos de luxo avaliados em R\$ 4,1 milhões em nome da Magazine Incorporações, de Lorival Rodrigues e do filho Cyro Santiago Rodrigues. Apenas um Rolls Royce Phantom, ano 2009, está avaliado em R\$ 1,9 milhão – tem placa que faz referência ao nome de Cyro e ao ano de nascimento dele, 1985.

Embora os carros ainda não tenham sido recolhidos – o paradeiro é desconhecido –, Lorival e Cyro estão proibidos pela Justiça de vender e de circular com os veículos.

Foram identificados também outros 17 automóveis regis-

trados em nome da Magazine Incorporações, avaliada em R\$ 3,3 milhões – incluindo duas Ferrari Scaglietti, ao preço de R\$ 757 mil cada. De acordo com levantamento da massa falida, essa frota foi transferida para terceiros em outros Estados entre 2010 e 2015, e os gestores tentam descobrir o destino dos carros para apurar se foram objeto de supostas fraudes.

A gestora da massa falida também fará arrecadação de terrenos localizados em Capão da Canoa e procura imóveis em Alvorada, Canoas, Pelotas, Florianópolis e São Paulo.

Há ainda intenção de questionar a Marinha do Brasil para saber se existem equipamentos náuticos em nome das empresas do M.Grupo.

CONTRAPONTO

O QUE DIZ LORIVAL RODRIGUES, UM DOS SÓCIOS DO M.GRUPPO

Por celular, afirmando estar em São Paulo, disse que o processo de falência é tratado pelo jurídico da empresa, e que já foi apresentada proposta de renegociação com garantias reais suficientes para cobrir os débitos. Assegurou que a dívida do M.Grupo é menor do que os R\$ 505 milhões apresentados em balancete à Justiça no ano passado (débitos com financeira foram liquidados no começo do ano, quando o M.Grupo perdeu shoppings em Gravataí, Xangri-Lá e Santa Cruz, e parte de shoppings em Lajeado e Bento Gonçalves, além de um hotel em Bagé). Embora a informação conste no ca-



Lorival

dro da Receita Federal, disponível para consulta na internet, o empresário também nega que sua filha, Camila, seja sócia da empresa paulista JVL Equity Participações Societárias, com capital de R\$ 1,3 bilhão.

– A empresa é de um grupo da nossa família, mas não é minha. E minha filha estava como diretora de marketing, sem ações, sem propriedade – diz. Quanto à venda de R\$ 169,8 milhões em debêntures pela MInvest, Lorival não soube dizer quanto entrou no caixa, afirmando que grande parte do dinheiro arrecadado financiou obras em shoppings e quitou dívidas.



Reportagem sobre a quebra da empresa em bit.ly/MGrupoDI



REPRODUÇÃO

Maquete do Majestic, que seria o prédio mais alto do Estado, em Gravataí, e não saiu do papel

3 DORMS PRONTO PARA MORAR
72m² c/ box duplo

SUITE, SACADA E COZINHA GOURMET
COM CHURRASQUEIRA

PREÇO TOTAL
APART. 100
R\$ 419.000,00
AMPLAMENTE FINANCIADO

NEO SUPERADURA Arquisul



+ ECONOMIA

Marta Sfredo
marta.sfredo@zerohora.com.br
zerohora.com/martasfredo
3218-4701

Com Laura Schneider laura.schneider@zerohora.com.br 3218-4757

ZERO HORA
TERÇA-FEIRA,
19 DE SETEMBRO DE 2017

15

GASTAR BEM NÃO É SÓ PARA GOVERNOS

Imerso em uma corrente de calotes, que envolve governos, empresas e cidadãos, o Brasil ensaia uma saída da crise ainda arrastando grilhões de dívida. Mesmo depois da liberação das contas inativas do FGTS, houve um repique no percentual de famílias com contas em atraso. Boa parte do problema tem raiz na recessão, que ceifou vendas, produção e empregos.

Outra parte tem conexão mais antiga e profunda, a falta de cultura de respeito a orçamentos. Isso vale para governos, empresas e pessoas. Nesse caso, o mantra não é cortar gastos, mas gastar bem.

Pesquisa do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) investigou o comportamento dos inadimplentes. O resultado qualitativo não surpreende, mas o quantitativo assombra: 47% dos "negativados" sabem pouco ou nada sobre seus rendimentos e

41%, idem, sobre as contas básicas – luz, telefone, aluguel ou prestação da casa, escola.

No lado das convicções, 85% consideram importante ter "nome limpo" e 79% avaliam que é preciso honrar compromissos financeiros. É evidente a lacuna entre crenças e prática. Durante a fase mais aguda da recessão, não poucos economistas advertiram que crises também têm papel pedagógico. Ensinam a perceber que todo ciclo de alta um dia murcha e que é preciso poupar para imprevistos. É importante reter essas lições no início da escalada do fundo do poço.

Aprender a lidar com orçamento não é crucial só para consumidores. No país em que 59% dos inadimplentes sabem pouco sobre valores de suas compras no crédito, fica fácil enrolar cidadãos com orçamentos públicos irreais. Não precisa nem gastar verbo, em vez de verba, para ampliar rombos já profundos.

LUTA POR ESPAÇO

A 29Sul Tecnologia da Informação, de Teutônia, muda de nome para nova fase. Agora Zanshin, aposta no software online DojoWeb para gestão de centros de artes marciais. Na área, Zanshin significa o estado de alerta em que um lutador deve permanecer.

A empresa também produz ferramentas direcionadas a finanças pessoais, agências de publicidade, escritórios de arquitetura e escolas. Desconsiderando o crescimento do Dojo, o proprietário, André Traiche, estima faturamento entre 8% e 10% superior a 2016. A meta é criar versão em inglês do software para que chegue aos EUA.

NOVOS RUMOS

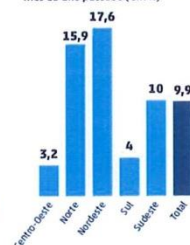
No 20 de Setembro, a Uber quer revolucionar sua operação no Estado. O serviço de transporte particular, que atende o RS desde 2015, chega a outras 39 cidades – aumento de 30% na área de cobertura. No total, a empresa estará em 133 municípios, que concentram 59% dos gaúchos.

Sapiranga, Taquara, Santo Antônio da Patrulha, Ivoti e Glorinha são algumas das novas cidades contempladas. O objetivo da empresa é criar a maior área contínua de atuação da Uber no país. Dessa forma, será mais fácil conectar as regiões da Capital, da Serra e do Litoral.

A QUESA DE 3,95% NAS AÇÕES ORDINÁRIAS DA JBS É A RESPOSTA DO MERCADO PARA A ARRISCADA MANOBRAS DE INDICAR PARA O COMANDO DA GESTÃO JOSÉ BATISTA SOBRINHO, PAI DE JOESLEY E WESLEY BATISTA, PARA COMPLETAR, O BNDES, CUIA REPRESENTANTE NO CONSELHO CHANCELOU A INDICAÇÃO DE ZÉ MINEIRO, REITEROU O PEDIDO DE ARBITRAGEM PARA RESOLVER "DIVERGÊNCIAS DA INSTITUIÇÃO COM A COMPANHIA". ESSA NOVELA SÓ SE ARRASTA.

Crescimento da demanda por crédito

Agosto de 2017 em relação a mesmo mês do ano passado (em %)



Agosto de 2017 em relação a julho de 2017 (em %)



Fonte: Serasa Experian

Mais um sinal de reação, a procura por financiamento volta a crescer, depois da resaca que gerou dívidas e atrasos.

Segundo o Indicador Serasa Experian da Demanda do Consumidor por Crédito, a quantidade de pessoas em busca de recursos ou prazo cresceu 9,9% em agosto em relação ao mesmo mês de 2016. É a quarta elevação mensal nessa base de comparação, o que faz o acumulado de janeiro a agosto

CRÉDITO NA VEIA

avancar 4,3% sobre igual período do ano anterior. Na Região Sul, o comportamento é mais conservador: é o menor aumento do país (3,5%) nos primeiros oito meses ante janeiro a agosto de 2016. Sintomaticamente, os percentuais mais dilatados estão no Norte e no Nordeste, tanto por necessidade quanto por menor acesso a mecanismos de educação financeira. É boa notícia, mas exige cautela.

Há 61 anos no mercado, a Gravel, de Gravataí, anunciou o fim de suas atividades. Concessionária autorizada da Volkswagen, a empresa informa que atendimentos a veículos da marca devem ser encaminhados a outro representante.

PROVADOR ADAPTÁVEL

Entendendo um dilema de pais e mães, Juliana Lemos Rocha partiu para alternativa caseira. Mãe de Julia há três anos e meio, a empresária fez de uma necessidade pessoal e do gosto por vestir a filha seu novo negócio, a Julia Bonita. A empresa leva malinhas de roupas escolhidas online até a casa – ou endereço de preferência – dos clientes. Assim, os pais realizam provas quando acharem mais conveniente para os filhos. Como vitrine, a dona da "loja" utiliza as redes sociais. Os pedidos, recebe via WhatsApp. A expectativa é de que o negócio, que abriu em março, cresça entre 30% e 40% até o fim de 2017 e vire e-commerce dentro de um ano.





CAMPO ABERTO

Gisele Loeblein
gisele.loeblein@zerohora.com.br
zerohora.com/giseleloeblein
3218-4709

ZERO HORA
TERÇA-FEIRA,
19 DE SETEMBRO DE 2017

17

JBS TENTOU FAZER PRESSÃO NO MERCADO

Foi um movimento rápido e, oficialmente, sequer comentado. Mas logo após a prisão dos irmãos Batista, na última semana, a JBS, maior processadora de proteína animal do mundo, paralisou a atividade de alguns frigoríficos bovinos. Fontes ouvidas pela coluna dizem que ontem o abate havia voltado à normalidade. A medida seria uma espécie de retaliação.

A empresa faz isso propositalmente, para depreciar o preço do produto. Agem no mercado de forma predadora – disparou Antonio Alvarenga Neto, presidente da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), no evento Brasil de Ideias, realizado pela Revista Voto, na Capital.

Procurada, a JBS afirmou, por meio da assessoria, que não comentaria o assunto. O poder de fogo da companhia está justamente na sua representatividade – 25% do processamento de carne bovina no país e 52% das exportações desse tipo de carne. No Mato Grosso, a dependência é ainda maior: 49% do gado tem unidades da empresa como destino.

A definição do nome de José Batista Sobrinho, conhecido como

Zé Mineiro, o patriarca da família, para o comando da empresa, e a intervenção de outros acionistas teriam feito, no entanto, os negócios – e os abates – retomarem o rumo da normalidade.

Logo após a delação premiada dos irmãos Batista, em maio, foram os produtores que ficaram recessos em vender animais para a JBS. Pesavam a indefinição quanto ao futuro da empresa e a possibilidade de os pagamentos não serem feitos.

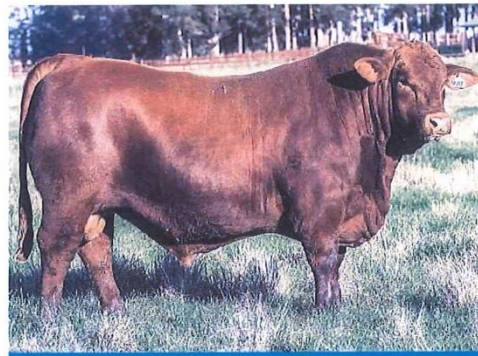
Para Maurício Velloso, presidente da Comissão de Pecuária de Corte da Federação da Agricultura de Goiás (FaeG), enquanto “houver um Batista na direção, a empresa continuará sofrendo uma crise de credibilidade”.

– Apesar de o Zé Mineiro ser merecedor de todo o respeito, ele não possui a expertise necessária para tocar uma empresa, um negócio do porte e da abrangência que tem a JBS.

Para o presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal, Francisco Turra, é preciso, no entanto, separar as pessoas da companhia para mais do que garantir a produção, preservar os mais de 120 mil empregos que a empresa gera no Brasil.

NO RADAR

Recuperação à vista? O valor pago pela saca de milho está em elevação, segundo o indicador Esalq/BM&FBovespa. No acumulado dos primeiros 15 dias do mês, a alta é de 5,7%. Reflexo do fato de os produtores continuarem retraidos nas vendas, de olho na próxima safra e no ritmo intenso das exportações.



É com a oferta na casa do milhar que a GAP Genética, de Uruguaiana, marca o início da temporada de remates de primavera no Estado no próximo domingo.

Serão 1.064 animais em pista, entre touros e fêmeas das raças angus, brangus, hereford e braford e equinos crioulos.

– Conseguimos chegar à casa dos mil animais para serem negociados em um único dia. Essa tentativa é em cima de uma estratégia, com um produto mais comercial, mais real – afirma João Paulo Schneider da Silva, o Kaju, diretor comercial da cabanha.

E se 2017 tem sido um ano desafiador em termos de valores, o tradicional

GIGANTES EM PISTA

criatório aposta na liquidez dos negócios.

– A média é consequência. A gente espera que o mercado

defina o preço – completa Kaju. No ano passado, o faturamento foi de R\$ 6 milhões, com comercialização de 851 animais e média geral de R\$ 7059. Pelo terceiro ano consecutivo, a marca investe na modalidade de venda a preço fixo. A compra de um lote permite a aquisição de outro por valor pré-definido.

Quem também prepara a pista para leilão é a São Xavier. O evento ocorre amanhã em Santa Maria e tem Estância Silêncio e do Sossego como convidadas. Serão 170 animais. A expectativa é repetir as vendas do ano passado.

A VIABILIDADE DA PRODUÇÃO DE ORGÂNICOS FOI PAUTA DO 6º CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE AGROECOLOGIA. SEGUNDO O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, O NÚMERO DE ASSOCIAÇÕES E DE COOPERATIVAS CADASTRADAS CRESCERAM 198%, DESDE 2013, PASSANDO DE 6,7 MIL UNIDADES PARA 19,97 MIL.

ELEIÇÃO DE CHAPA ÚNICA E POLÊMICA

Alçado à condição de presidente da Confederação da Agricultura e da Pecuária do Brasil (CNA), com a saída da senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) para ocupar o cargo de ministra da Agricultura, em 2015, João Martins da Silva Junior tem hoje a chance de conquistar a posição no voto. A entidade reúne-se para a eleição da nova diretoria, com chapa única.

Mas se engana quem pensa que, por isso, a disputa está livre de polêmicas. Há um grupo, o Movi-



Martins

mento Muda CNA, que busca, entre outras coisas, a possibilidade de os produtores votarem de forma direta – hoje, são os representantes das 27 unidades da federação que fazem a escolha – e também de uma única reeleição. Sobre o tema, a entidade afirmou que não se manifestaria.

Martins é formado em Administração. Foi dirigente da Federação da Agricultura da Bahia (FaeB) e, desde 2012, ocupava a 1ª vice-presidência da CNA.



Leia outras colunas em zerohora.com/giseleloeblein

Colaborou
Joana Colussi

RECEITA DIFÍCIL DE DIGERIR

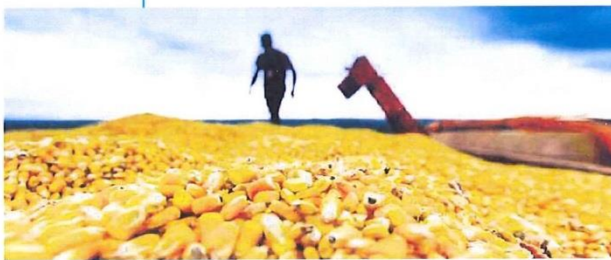
A sugestão da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para plantar mais soja no lugar do milho para equilibrar a relação oferta e demanda segue difícil de ser digerida.

– Isso é uma irresponsabilidade. A Conab não levou em conta a realidade do Rio Grande do Sul – lamentou o presidente do BRDE, Odacir Klein. Neste ano, a superprodução de milho, reforçada pela safrinha, fez os preços do grão recuarem. O problema

é que o Estado não tem segunda safra e não é autossuficiente na produção, precisando trazer de fora cerca de 2 milhões de toneladas anualmente.

O secretário da Agricultura do RS, Ernani Polo, lembrou ainda a importância agrônômica do plantio, para a rotação de culturas.

A manifestação da Conab ocorreu por meio da divulgação do estudo Perspectivas para a Agropecuária-Safra 2017/2018, no início deste mês.



VOCÊ PODE RESGATAR O QUE JÁ FOI NOTÍCIA.

JORNAIS ANTIGOS PARA VENDA NO ARQUIVO DE JORNAIS ZERO HORA. EXEMPLARES DA 2ª EDIÇÃO CIRCULAÇÃO GRANDE POA

ATENDIMENTO DE SEGUNDA À SEXTA-FEIRA,
DAS 14H ÀS 17H,
AVENIDA DAS INDÚSTRIAS Nº 748
BAIRRO SÃO JOÃO



Por falta de vagas, mais de 300 presos foram liberados em 2017

SISTEMA PRISIONAL do RS tem déficit que passa de 2 mil lugares apenas nos regimes aberto e semiaberto

BIBIANA DIHL
bibiana.dihl@rdgaucha.com.br

Mais de 300 presos condenados ao regime semiaberto foram liberados este ano, somente do Presídio Central de Porto Alegre, por falta de vagas. A Vara de Execuções Criminais (VEC) opta por soltar os detentos considerados menos perigosos, visto que o sistema carcerário gaúcho não dá conta do número de prisões feitas.

Conforme Sidinei Brzuska, juiz da VEC, esses presos foram condenados e, por inexistência de vagas no semiaberto, encaminhados ao Presídio Central. Como o Central também está lotado, acabaram liberados com uma autorização e se apresentam semanalmente à Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe) até que uma vaga seja aberta.

— Os presos que liberamos são todos condenados. A maioria absoluta é de primários, que foram pegos em flagrante e que responderam ao processo na condição de presos. Eles não deveriam ficar no Presídio Central e, sim, ir para uma casa de semiaberto. Mas não existem essas vagas — explica Brzuska.

Com essa decisão, o objetivo da Justiça é liberar vagas em centros de triagem e em delegacias, que abrigam, de maneira provisória, homens que nem sequer ingressaram no sistema.

— A situação é tensa, tanto por parte dos presos quanto por parte dos servidores que fazem a custódia. É um clima pesado. A informação que temos é de que, com bastante frequência, há necessidade de uso de força para conter os detentos. Há relatos de homens que estão há mais de 30 dias

Em Novo Hamburgo, homens chegaram a ficar acorrentados na calçada na semana passada



com a mesma roupa, alguns com problema de saúde. E, ao mesmo tempo, temos cadeias muito lotadas — detalha o magistrado.

O aumento de detentos no Estado contribui para essa situação. O número de condenados fechava, em média, em mil a mais por ano até 2015. Em 2016, foram 8 mil a mais e, em 2017, deverão ser pelo menos 10 mil, estima Brzuska.

O sistema prisional, no entanto, não cresce na mesma proporção. — O Estado não suportará um aumento tão expressivo de pessoas presas condenadas. Não há recursos financeiros para isso. As vagas que serão liberadas em Canoas resolvem um problema emergencial, de retirar presos de centros de triagem e delegacias, mas só por alguns anos. A questão deve ser tratada com mais profundidade. A criação de vagas é importante, mas também

são necessárias políticas públicas, principalmente na área da educação — acrescenta o juiz.

No domingo, a Região Metropolitana registrava 264 detidos em delegacias de polícia e viaturas. Na sexta-feira, a Justiça mandou soltar custodiados em Alvorada devido à superlotação nas Delegacias de Polícia de Pronto Atendimento (DPPAs).

ONTEM À TARDE, 237 ESPERAVAM LUGAR

O sistema prisional tem déficit de 2.718 vagas para os regimes aberto e semiaberto, tanto para homens quanto para mulheres. Na impossibilidade de cumprir a pena, os detentos são encaminhados para casas de regime fechado — e, muitas vezes, acabam sendo soltos pela Justiça.

A alegação de representantes do Judiciário é de que os

presos são liberados para que sejam abertas vagas em centros de triagem construídos na Capital e em delegacias de polícia, que abrigam, de forma provisória, detentos que nem sequer ingressaram no sistema prisional.

Ontem à tarde 237 homens aguardavam vagas. A Susepe informou que não vai comentar decisões de soltura de presos, mas garante que faz, permanentemente, trabalho de monitoramento para liberar vagas e desfogar tanto as delegacias quanto os centros de triagem.

O déficit geral de vagas no Estado é de 12.130 vagas, incluindo todos os regimes. O número oscila diariamente, mas a Susepe afirma que já houve situações piores. No total, são 16.625 homens nos regimes aberto e semiaberto, e 667 mulheres. No fechado, são 25.687 presos e 1.382 presas.

CAPITAL

BM intercepta sequestro relâmpago de advogada

Quatro criminosos sequestraram uma mulher de 43 anos, ontem à tarde, na Rua Dr. Armando Barbedo, na zona sul de Porto Alegre. Segundo a Brigada Militar (BM), os bandidos exigiram os cartões bancários da vítima e a levaram junto para que ela sacasse dinheiro em caixas eletrônicas. A vítima é advogada e mulher de um coronel da reserva.

Uma testemunha presenciou o ataque e avisou a polícia. O patrulhamento de rua foi informado pelo rádio, e um pelotão do Batalhão de Operações Especiais avistou o veículo e deu início à perseguição.

Os bandidos entraram na contramão na Avenida Carlos Barbosa, onde furaram dois pneus em paralelepípedo e quase capotaram. Os quatro acabaram presos e encaminhados para a Delegacia de Polícia de Pronto Atendimento. A vítima foi socorrida sem ferimentos.

— Tentei entregar as chaves e pedir para não me levarem, mas outros rapazes entraram no carro. Estavam dois comigo no banco de trás e dois na frente. Disseram que só queriam sacar dinheiro e depois me liberariam. O problema é que são pessoas que já têm passagem pela polícia e que o Judiciário em breve vai soltar — desabafou a vítima.

CANOAS

Ladrão invade estacionamento de universidade e atropela jovem

Um criminoso em um carro roubado invadiu o estacionamento da Ulbra, em Canoas, e atropelou uma estudante ontem à tarde. Segundo a Brigada Militar, o bandido estava em uma Hilux roubada quando foi flagrado pela polícia. Ele atirou contra a viatura e entrou no estacionamento, onde atingiu a jovem de 22 anos.

A estudante foi encaminhada para Hospital de Pronto Socorro com escoriações. O criminoso tentou fugir e capotou o veículo em um matagal ao lado da universidade. A polícia fez buscas com apoio de helicóptero e encontrou um suspeito, que foi levado para a delegacia. O homem negou ser o autor do crime e disse que estava no matagal para ver o pôr do sol. Mais tarde, outro foi preso. A CNH dele estava na Hilux.

MP vai recorrer de decisões

O Ministério Público vai recorrer de decisão judicial que liberou presos que estavam na Delegacia de Polícia de Pronto Atendimento (DPPA) de Alvorada na sexta-feira. Conforme o promotor João Cláudio Sidou, há elementos suficientes para recorrer sobre os casos de soltura na cidade.

A promotoria criminal ainda estuda quantos recursos serão impetrados e para quais presos. O prazo para apresentação é de cinco dias, mas a ação deve ocorrer antes do limite.

Sexta-feira, a Justiça determinou a soltura de 18 presos que aguardavam vagas no sistema prisional. Para tomar a decisão, o juiz Roberto Coutinho Borba levou em conta o argumento de que os presos estariam há 20 dias mal alimentados, sem sol, sem banho e sem visita de familiares. Outros 12 detidos que estavam na mesma delegacia não foram soltos porque são considerados perigosos pelas autoridades. Na noite de sexta, dois desses presos estavam na carceragem e 10 em viaturas.

CONTRAPONTO

O QUE DIZ ASSP

“A Secretaria da Segurança Pública (SSP) esclarece que, na atual gestão, o governo do Estado tem redobrado os esforços na geração de vagas prisionais. Serão investidos, em curto e médio prazo, cerca de R\$ 50 milhões na construção de novas unidades. Uma galeria da Penitenciária de Canoas 2 já está em operação. A ação disponibilizou 144 novas vagas, de um total de 2.400 ainda a serem ocupadas. A utilização plena dos módulos ocorrerá na medida em que o governo formar os novos

720 agentes penitenciários aprovados no concurso realizado neste ano. No início de 2017 foi aberto o primeiro centro de triagem para presos provisórios da capital, com capacidade para 72 detentos. Recentemente, foi inaugurado o segundo centro de triagem do município, em área anexa à Cadeia Pública de Porto Alegre, com 96 vagas. Junto à inauguração do segundo centro de triagem foram anunciadas duas novas unidades prisionais, que serão construídas na mesma área anexa à Cadeia Pública.”

OPINIÃO DA RBS

NEM ACIMA, NEM ABAIXO DA LEI

Os brasileiros precisam fazer com que os compromissos assumidos no discurso da nova procuradora-geral sejam de fato postos em prática, garantindo mais resultados e menos espetáculo

É promissor para uma parcela expressiva da sociedade comprometida com o combate à corrupção que – cercada de autoridades investigadas na cerimônia de posse e de ceticismo em relação aos seus propósitos – a nova procuradora-geral da República, Raquel Dodge, tenha se comprometido em fazer com que, durante seu mandato de dois anos, ninguém esteja acima nem abaixo da lei. Discreta, como deixou evidente em seu primeiro discurso no cargo, a nova chefe do Ministério Público da União e presidente do Conselho Nacional do Ministério Público assumiu a defesa de que “o devido processo legal é um direito”. Mais do que isso, comprometeu-se em buscar a harmonia entre os poderes, o que se constitui, de fato, em “um requisito para a estabilidade da nação”.

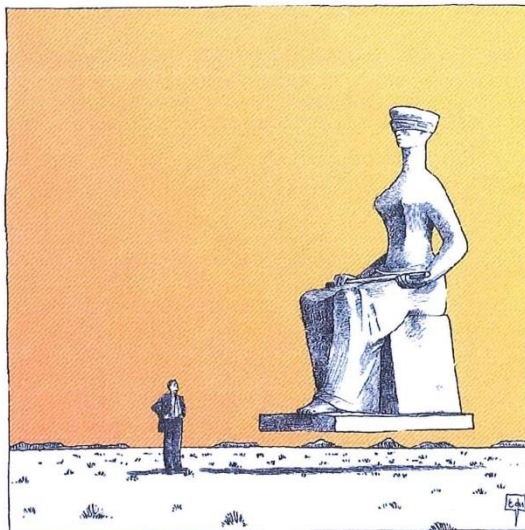
Como ressaltou ontem a nova procuradora-geral, o país passa por um momento de depuração, que mexe com as expectativas da sociedade. Esse processo exige harmonia institucional, “a pedra angular que equilibra a relação necessária para se fazer justiça em cada caso concreto”. Mesmo sem referências diretas à Lava-Jato, a procuradora recém empossada ressaltou que a população “não tolera a corrupção e não só espera, mas

também cobra resultados”. Por isso, até mesmo para atenuar as ressalvas com que vem sendo recebida em alguns meios, fez bem em dar ênfase ao fato de que “o Ministério Público posta-se ao lado dos cidadãos para cumprir o que lhe incumbe claramente a Constituição”.

O país espera justamente isso de alguém à frente de um órgão cujo papel clássico é o de “processar criminosos”, mas que também assumiu outras atribuições constitucionais relevantes. Entre elas, está a de assegurar voz a quem não a tem, garantindo direitos iguais a todos. É o caso não apenas dos que sofrem com a inse-

gurança pública ou perda de qualidade na educação, por exemplo, mas de todos os que enfrentam desrespeito a algum tipo de direito, e têm razões para se considerarem ignorados pelo poder público em suas pretensões.

Os brasileiros precisam fazer com que os compromissos assumidos no discurso da nova procuradora-geral sejam de fato postos em prática, garantindo mais resultados e menos espetáculo. Só com os poderes em harmonia e sem disputas personalistas, será possível transformar em caminho sem volta o anseio popular por um país mais ético e mais republicano.



ARTIGO

NEGROS INVISÍVEIS

GILBERTO
SCHWARTSMANN
Presidente da Fundação
Bial do Mercosul
gilberto@terra.com.br



Em décadas de vida universitária, nunca havia visto mais negros do que brancos em uma sala de conferências. Foi o meu primeiro pensamento ao adentrar o seminário Lugares de Memória no Triângulo do Atlântico.

Como parte de sua programação cultural, a Fundação Bial realizou há algumas semanas, na UFRGS, um encontro de intelectuais do país e do Exterior para discutir talvez o nosso maior exemplo de amnésia histórica.

Refiro-me ao ocultamento premeditado da presença do negro em nossa sociedade. Por quase 400 anos, navios negreiros cruzaram o Atlântico, trazendo pela força mais de 10 milhões de cativos da África para a América.

A escravidão foi o sustentáculo do modelo econômico mais perverso da história da humanidade. O que poucos brasileiros sabem é que, enquanto os Estados Unidos receberam 400 mil negros no período escravagista, ao Brasil chegaram 10 vezes mais.

Nenhum dos locais de chegada de negros à América supera o Cais de Valongo, no Rio de Janeiro. Um milhão e meio de escravos ali desembarcaram. Descoberto por acaso, em 2011, durante as obras do Porto Maravilha, é hoje patrimônio mundial da humanidade e testemunho da crueldade da escravidão.

A escravidão foi o sustentáculo do modelo econômico mais perverso da história da humanidade

Em 1991, em semelhantes circunstâncias, em Manhattan, Nova York, descobriram-se vestígios de um antigo cemitério, onde os negros enterravam seus mortos até

fins do século 18. Fundou-se ali, em 2006, o African Burial Ground, lugar de memória dos negros norte-americanos.

No Cais de Valongo, contudo, não havia cemitério. Ali se descobriu uma cova enorme, onde o lixo das ruas misturava-se aos corpos de animais e de negros mortos. Vem daí o seu valor simbólico. As pedras que restam constituem um sítio de memória sensível, expressão reservada aos locais que lembram erros que não podemos repetir. Como Auschwitz, Hiroshima e Nagasaki.

A 11ª Bienal de Artes Visuais do Mercosul, que se iniciará a partir de abril do próximo ano, quer utilizar-se da arte contemporânea para discutir a influência da matriz africana em nossa cultura.

O tema O Triângulo do Atlântico lança luz sobre nossos elementos culturais menos visíveis. Não seremos nunca um grande país sem reconhecer a tentativa histórica indecente de ocultar a presença do negro na formação do povo brasileiro.

Grupo **RBS**

Presidente
Eduardo Sirotsky Melzer

CEO Mídias: Claudio Toigo Filho
CEO e Bricks: Fábio Bruggieri
Diretora de Estratégia: Luciana Antonini Ribeiro

Presidente Emérito:
Jayme Sirotsky

Fundador:
Maurício Sirotsky Sobrinho (1925-1986)

Conselho de Administração

Carlos Melzer
Claudio Thomaz Lobo Sander
Eduardo Sirotsky Melzer (Presidente)
Geraldo Corrêa
Jayme Sirotsky
Marcelo Sirotsky
Nelson Pacheco Sirotsky
Pedro Sirotsky

Diretoria Executiva Mídias

Presidente-executivo:
Claudio Toigo Filho

Produto e Operações: Andriara Petterle
Mercado: Marcelo Pacheco
Marketing: Marcelo Leite
Editorial: Marcelo Rech
Finanças e Controladoria: Ibanor Poleisso

ZH

Fundada em 4 de maio de 1964

Diretora de Redação
Marta Gleich

Diretor de TI e Operações
Pendes Cenço

Gerente Executiva de Assinaturas
Joia Portella
zerohora.com.br

ARTIGOS

COMO SE A POLÍCIA ANDASSE ATRÁS DE MIM

LUCIANO ALABARSE
Secretário municipal da Cultura de Porto Alegre
lucianoalabarse@hotmail.com



Dias conturbados, mundo em ebulição, confrontos acirrados – Porto Alegre que o diga. Como um furacão devastador, em nome da moral e dos bons costumes, grupos investem indignação e veemência contra eventos culturais da cidade. Recrudescem discursos que a História já mostrou aonde levam. Queimaram-se livros em praça pública e cercaram a liberdade de pensamento, conforme a ocasião. A verdade, ainda bem, tem no tempo seu mais forte aliado. A perspectiva histórica trata de colocar tudo em seu devido lugar.

Galileu Galilei sucumbiu ante a ameaça de tortura, renegando suas teorias científicas para fugir dos castigos de uma Inquisição apavorante e poderosa. Sócrates, um dos pilares

do pensamento ocidental, teve final ainda mais violento, condenado à morte por supostamente corromper a juventude ateniense. O filósofo defendia a busca radical pelo conhecimento, mas desprezava a arrogância da retórica mercantil da época.

Nos dias de hoje, os tribunais de intolerância se transferiram para as redes sociais, onde impressiona a força do ódio e da dissimulação. Qualquer um diz qualquer coisa, independentemente de sua veracidade. Versões valem mais que os fatos, é o que parece nos ensinar, como regra máxima, esses tempos coléricos. Só que não.

A busca do conhecimento humano sempre afrontou dogmas e conveniências variadas. Como antigos sofistas gregos, muitos hoje usam re-

tórica e barulho espetaculares para propagar suas ideias, não importando nada além delas, muito menos equilíbrio e sensatez. O discurso dialético, parece, é coisa ultrapassada. Diálogo, para alguns, só se for por WhatsApp.

Mais do que nunca, precisamos refletir sobre o papel da arte e da cultura em uma sociedade massacrada por ideologias de entorno inconciliável. Estarão acima do Bem e do Mal os produtos e ações culturais? Justamente porque penso que não, precisamos de critérios técnicos e especializados que se sobreponham às arbitrariedades de quem não admite pluralidade e diferença nas avaliações artísticas.

A crítica é parte fundamental do avanço civilizatório. A censura, não.

IOTTI

iotti@iotti.com.br



RBS BRASÍLIA

Carolina Bahia

carolina.bahia@gruporbs.com.br
@Carolina_Bahia

Vea outras
colunas em
zerohora.com/
carolinabahia

TRÂNSITO NO BRASIL: UM ASSUNTO PARA EGOÍSTAS

FLAVIO PECHANSKY
Psiquiatra, diretor do Centro de Pesquisa em Álcool e Drogas do HCPA e da UFRGS
flaviopechansky@gmail.com



O Brasil é signatário da Década de Ação para o Trânsito Seguro das Nações Unidas, iniciada em 2011, com prazos e metas de redução da mortalidade que não serão alcançados, de acordo com os dados que temos. Países desenvolvidos estão avaliando outras substâncias que não o álcool na accidentalidade – mas aqui ainda estamos discutindo se devemos ou não fornecer provas quando solicitados a soprar um bafômetro em uma blitz, ou se devemos manter um motorista alcoolizado que matou vários na cadeia – por ele ser réu primário. Já existem chaves com bafômetro e “travas de álcool” (alcohollocks), que ligam o motor se o motorista não tiver bebido. Rodovias europeias multam sozinhas, brilham à noite e conseguem comunicar ao motorista se a pista está molhada. Existem airbags externos para evitar colisões

com pedestres. Até poderemos ter esses carros aqui, mas eles irão trafegar em estradas ruins, e serão conduzidos por motoristas que não entendem sua responsabilidade atrás do volante.

Motoristas – embriagados, drogados ou não – irão perseguir outros motoristas, brigar, colidir e deixar famílias destruídas, pois ao invés de concentrar esforços na intensa fiscalização sob formato sistemático, agressivo e ameaçador, ainda temos uma cultura de leniência. O “acidente de trânsito” é uma combinação infeliz de eventos, que alinhados irão produzir um desastre: carros potentes e com sensação de segurança, vias esburacadas e mal sinalizadas, fiscalização deficitária, uso de álcool, treinamento insuficiente de motoristas, e um cheiro de impunidade no ar. Quantos estão realmente preocupados com seus direitos individuais e a invasão de sua privacidade ao

se negar ao bafômetro? A habilitação é uma concessão ao motorista – e pode ser revogada se este não apresentar condições apropriadas. Em um país onde o “jeitinho” é a cultura, a multa é baixa, lenta, e às vezes transformada em costas básicas.

Países que estão ganhando a guerra no trânsito não têm curvas na lei, cujo braço é pesado e longo – com indivíduos pagando multas proporcionais à sua renda. Negar-se a produzir provas aumenta violentamente a pena. O motorista agressor é malvisto e socialmente rejeitado. Estamos longe de uma condição similar, pois nossa geração de motoristas foi formada para ser egoísta, negando que trânsito é um fenômeno coletivo, e gerando um profundo e errado senso de que somos prioritários aos outros. Talvez nossos filhos tenham uma chance melhor. Nossa geração já a perdeu.

É constrangedor

O constrangimento na cerimônia de posse da nova procuradora-geral da República, **Raquel Dodge**, é o retrato do esdrúxulo momento político pelo qual passa o país. Os presidentes da República, **Michel Temer**, do Senado, **Eunício Oliveira** (PMDB-CE), e da Câmara, **Rodrigo Maia** (DEM-RJ), são investigados. Na lista da Odebrecht, Eunício tem apelido de Índio e Rodrigo é Botafogo. Ontem, os três estavam à mesa das autoridades, entre a nova chefe da PGR e a presidente do STF, ministra **Cármen Lúcia**. Nas próximas semanas, as duas terão que tomar decisões sobre os processos que envolvem

essas figuras. Apesar das desconfianças, Dodge e os procuradores que integram a nova equipe têm uma biografia a zelar. É difícil acreditar que queiram entrar para a história como os responsáveis pelo engavetamento da maior operação de combate à corrupção da história. Mas não é impossível. Casos ainda mais escabrosos poderão cair na mão de Dodge, como uma possível delação premiada do ex-ministro **Godofredo de Lima**, o homem de RS 51 milhões. Um grupo poderoso prefere que Geddel continue quieto. Por essas e outras é que o constrangimento só cresce.

MÊS DA ORAÇÃO

Não pegou bem o vídeo do ministro **Henrique Meirelles** (Fazenda) em que ele pede orações pela economia. A gravação foi enviada a um evento de pastores da Assembleia de Deus, no Rio. Fiador do governo, Meirelles está de olho no voto evangélico para um eventual projeto eleitoral para 2018. Lideranças do mercado acharam o tom do discurso no mínimo estranho.

TOMA LÁ

Deputados em roteiro pelo interior do Estado foram questionados sobre garantia de apoio ao presidente da República na votação da segunda denúncia. Prefeitos ouviram falar que o parlamentar fiel a **Temer** será contemplado com ambulâncias do Ministério da Saúde para distribuição entre os municípios de sua base eleitoral. A informação não é confirmada oficialmente.

AGORA VAI

É importante que a Advocacia-Geral da União (AGU) tenha entrado nas negociações sobre acordo de recuperação fiscal do RS com a União. No caso do Rio, a AGU acompanhou todo o processo e foi responsável pelo parecer final.

Colaborou Silvana Pires

OPINIÕES ONLINE

✦ **Astor Wartchow**, advogado, trata do sentimento de revolta nos tempos atuais

✦ Conclamação ao respeito é despropositada, diz professor **Carlos Alberto Gianotti**



Artigos devem ter até 2.100 caracteres. Os textos assinados não representam a opinião do Grupo RBS.
zhora.co/Opiniaozh @artigozh@zerohora.com.br @opiniaozh

POLÍTICA

EM CAMPANHA

Doria ataca PT e diz ver risco de a sigla voltar

Prefeito de São Paulo afirma que 'não tem fixação pelo PT', mas que 'enxerga o mal que o partido fez ao Brasil'



João Doria testa a popularidade em Porto Alegre: 'Não sou candidato'

O prefeito de São Paulo, João Doria (PSDB), reforçou com frases de efeito e tom motivacional a palestra que proferiu ontem no Fórum de Gestão do RS, durante almoço no Leopoldina Juvenil. Doria começou sua explanação dizendo que não existem "heróis solitários" na gestão privada e, por consequência, nem na área pública. Em diversas ocasiões elogiou a "coragem" dos gaúchos, numa referência às comemorações da Semana Farroupilha. Também não poupou autoelogios. "Tenho ou-sadia", resumiu.

Esbanjando na técnica de envolvimento do público, o prefeito falou sobre sua trajetória de vida, deu ênfase à "honestidade" do pai, deputado cassado pelo regime militar, e à capacidade de "guerreira" da mãe, e lembrou fases de dinheiro curto. "Precisei ir para a escola pública, enfrentamos dificuldades financeiras e várias vezes tivemos a luz de casa cortada."

O rápido histórico familiar serviu de preâmbulo para o ponto alto da palestra, quando Doria saiu do palco e começou a circular entre as mesas do salão principal do Juvenil, surpreendendo parte do público, e dando um salto na narrativa direto para sua vitória nas eleições do ano passado. "Foi a primeira vez em 28 anos que alguém venceu no primeiro turno a prefeitura

em São Paulo. E, principalmente, vencemos o PT. Alguns dizem que eu tenho fixação no PT. Não é isso. É que eu enxergo a realidade do PT, o mal que este partido fez ao Brasil. É um risco que não está distante de voltar ao país se nós aqui, pessoas de bem, não estivermos mobilizados pela defesa do Brasil. O risco vem da esquerda, da extrema esquerda e da extrema direita", disse.

A afirmação repete uma estratégia que Doria já vem adotando há algum tempo e que deixa claro que o prefeito de São Paulo já escolheu os adversários em uma provável disputa à Presidência da República. O tuano, contudo, nega que seja candidato. "Quero deixar claro que não estou aqui como candidato. Estou fazendo política pública." A palestra no Juvenil teve promoção do Lide (entidade fundada pelo próprio Doria), em conjunto com a Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas, o Sindicato das Lojas de Porto Alegre, o CDL-POA e o Sindicato dos Hospitais e Clínicas de Porto Alegre (Sindhospa).

'Eu viajo com o meu dinheiro'

Durante entrevista à imprensa, ontem, o prefeito de São Paulo, João Doria (PSDB), voltou a dizer que não está percorrendo o país para se fortalecer como candidato à Presidência da República em 2018. Ele afirmou que o governo Michel Temer (PMDB) não perdeu a legitimidade para fazer as reformas e voltou a bater no PT, mas evitou assuntos polêmicos.

Sobre o fato de o Ministério Público de São Paulo abrir investigação para apurar se está se valendo do cargo para fazer campanha antecipada, e lhe dar 20 dias de prazo para se manifestar, disse que já enviou as respostas. "Não tenho nenhum problema em provar o óbvio, que estou fazendo política pública. Eu viajo com o meu dinheiro, no meu avião, e uso os meus recursos. Ao contrário do PT, que adora um dinheiro público para viajar, contratar vantagens, sítio, triplex, contas no exterior. Eu sou diferente. Por isso eles não gostam de mim e eu não gosto do PT."

'INTERVENÇÃO MILITAR' Ministro convoca comandante

O ministro da Defesa, Raul Jungmann, pediu explicações ao comandante do Exército sobre a falta de um general da ativa sugerindo que pode haver intervenção militar caso o Judiciário não consiga resolver "o problema político", referência aos casos de corrupção no país.

Em nota, o ministro diz que foram discutidas "medidas cabíveis a serem tomadas" em relação ao general Antonio Hamilton Mourão, secretário de Finanças do Exército. A nota não diz se algo será feito, mas a rigor ele pode ser punido porque a legislação veda a oficiais manifestações sobre o quadro político.

AUDITOR-FISCAL VALORIZADO E RECEITA ESTADUAL FORTE JÁ!
www.afisvec.org.br
@afisvec



TALINE OPPITZ

taline@correiodopovo.com.br

Temer, Dodge e Luís XIV

Empossada no comando da Procuradoria-Geral da República, Raquel Dodge, primeira mulher a assumir o cargo, fez um discurso dentro do esperado, em tom institucional e discreto, sem manifestações polêmicas. Dodge mencionou a necessidade de combate à corrupção, mas sem citar uma única vez a Lava Jato. Talvez por estar sendo prestigiada na cerimônia por alvos de peso da operação, como o próprio presidente Michel Temer. Em seu primeiro pronunciamento, a nova procuradora-geral da República classificou ainda a harmonia entre os poderes como fundamental para a estabilidade da Nação e destacou outros temas que, ao lado do combate à corrupção, irão nortear a atuação do MPF, pois integram suas atribuições. Entre eles, os direitos humanos, de minorias e o meio ambiente. Dodge protagonizou episódios polêmicos antes da posse, como o encontro com Temer, à noite e fora da agenda, e por ter aceitado, e depois recusado, em função da repercussão negativa, realizar a cerimônia de sua posse no Palácio do Planalto. As desconfianças em torno de Dodge são baseadas no fato de ela ter sido a escolhida de Temer e por ter apoio como os de José Sarney e do ministro Gilmar Mendes. O fato, agora, é que Dodge já está nomeada, tem o poder da caneta, uma instituição e a própria biografia para honrar. Somente o tempo dirá, mas talvez Temer sinta na pele conhecida frase de Luís XIV, o Rei Sol: "Cada vez que nomeio alguém para um cargo, faço 100 pessoas descontentes e crio um ingrato".

Presenças e ausências

A composição da mesa de autoridades na cerimônia de posse de Raquel Dodge no comando da Procuradoria-Geral da República escancara a extensão da crise no país. Ao lado de Dodge, estavam os presidentes da República, Michel Temer, da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e do Senado, Eunício Oliveira. Temer foi denunciado. Eunício e Maia são alvos de inquérito no Supremo Tribunal Federal. Assim como as presenças, as ausências no ato foram bastante simbólicas. Não compareceram o antecessor Rodrigo Janot e o relator da Lava Jato no Supremo, ministro Edson Fachin.

Volta às origens?

O PT gaúcho está programando para o dia 5 de outubro o lançamento no Rio Grande do Sul do programa "O Brasil que o povo quer". Na mesma data, será dado o start ao "O RS que o povo quer". As iniciativas visam a realização de caravanas, viagens e debates regionais, com a participação da população, para subsidiar a elaboração dos programas de governo do PT. Em nível nacional, a ação será lançada na próxima quinta-feira.

PEC dos duodécimos em pauta

O deputado Frederico Antunes, do PP, um dos maiores partidos da base aliada, encaminhou documento ao chefe da Casa Civil, Fábio Branco, solicitando que o governo encaminhe novamente à Assembleia PEC vinculando o repasse dos duodécimos dos poderes à receita corrente líquida. O deputado Bombeiro Bianchini, do PPL, está recolhendo assinaturas para protocolar na Casa proposta idêntica, mas há vício de origem na iniciativa, que é de prerrogativa exclusiva do Executivo. A PEC, com mesmo conteúdo, de autoria do governo, não obteve os 33 votos necessários à aprovação pelo plenário em dezembro de 2016.

APARTES

Além de Raquel Dodge, na Procuradoria-Geral da República, Cármen Lúcia está na presidência do Supremo Tribunal Federal, Laurita Vaz na do Superior Tribunal de Justiça, e Grace Mendonça no comando da Advocacia-Geral da União. No ano que vem, a representação feminina será reforçada com a posse de Rosa Weber na presidência do Tribunal Superior Eleitoral.

HS consórcios
Uma empresa do Grupo Herval

INVISTA NOS SEUS PROJETOS PAGANDO METADE DA PARCELA
ATE A CONTEMPLAÇÃO.

SEU IMÓVEL	Imóveis	1/2 parcela
até R\$ 273,36	600.000,00	1.845,00*
	350.000,00	1.195,95*
	150.000,00	512,55*
	80.000,00	273,36*

USE SEU FGTS

@hsconsorcios.com.br 0800 644 9007

Editora: Rosângela Groff

espacojuridico@correiodopovo.com.br

CONCILIAÇÃO

Audiências trabalhistas

Até a próxima sexta-feira, 176 audiências de conciliação trabalhistas devem ser realizadas somente no Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (Cejus-JT), em Porto Alegre. O número, considerado elevado, é em virtude da 7ª Semana Nacional da Execução Trabalhista, que prioriza processos em fase de execução. Promovida pela Justiça do Trabalho, ela também ocorre no Cejus-JT do segundo grau e nas varas trabalhistas durante a pauta ordinária.

"Além das audiências, esta semana prioriza o processo em um ponto final", buscando firmar um acordo entre as partes envolvidas. A fase de execução é a parte do processo que procura garantir, forçadamente, o pagamento de uma dívida trabalhista que não foi paga de forma espontânea pelo condenado. Caso o pagamento não seja feito, a Justiça tem a opção de recorrer à penhora de bens e valores em contas bancárias dos devedores. Hoje,



Processos em fase de execução são priorizados no Cejus-JT e nas varas

nal é "Todo processo precisa de um ponto final", buscando firmar um acordo entre as partes envolvidas. A fase de execução é a parte do processo que procura garantir, forçadamente, o pagamento de uma dívida trabalhista que não foi paga de forma espontânea pelo condenado. Caso o pagamento não seja feito, a Justiça tem a opção de recorrer à penhora de bens e valores em contas bancárias dos devedores. Hoje,

no Estado, há 125,2 mil processos que tramitam nessa fase.

O parcelamento da dívida é tido como boa alternativa para que as partes cheguem a um acordo. Isso porque muitas vezes as empresas não conseguem quitar o valor integral da dívida em uma mesma parcela, mas tem interesse de dividir em prestações. O número de parcelas é definido entre as partes, assim como a multa caso ocorra atraso ou inadimplência.

AJUIZAMENTO

Família, infância e juventude

Os atendimentos na área de Família e de Infância e Juventude da Defensoria Pública na Capital, realizados pela Unidade Central de Atendimento e Ajuizamento (UCAA), vão retornar ao local original, a sede da Defensoria Pública, na rua Sete de Setembro, 668, a partir de quinta-feira. Em razão de reforma no edifício, os atendimentos ocorriam no número 745 da mesma rua desde novembro de 2016. A UCAA-Família permanece fechada para mudança do mobiliário. Os dias e horários de atendimento permanecerão inalterados: de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min.

TRF4

Posse de novo desembargador

O juiz federal Luiz Carlos Canali tomou posse como desembargador do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4). A solenidade ocorreu no Plenário do Tribunal, em Porto Alegre, e foi coordenada pelo presidente da corte, desembargador federal Carlos Eduardo Thompson Flores.

Segundo Canali, ainda que existam razões para as críticas da sociedade ao Poder Judiciário, no âmbito da Justiça Federal existe uma postura de busca da efetividade. "Nossa maior angústia ocorre quando não podemos oferecer uma tutela jurisdicional de qualidade", observou.

MÊS INTERNACIONAL DA PREVENÇÃO AO SUICÍDIO.

Setembro Amarelo. Estamos juntos nessa causa.

CAIXA RS

Edital de Leilão Praça Única

SANTAYANA Leilões

LEILÃO DE IMÓVEIS

DHB COMPONENTES AUTOMOTIVOS S.A. - Em Recuperação Judicial
Pr. 001/1.15.0040460-9

Data: 21 de SETEMBRO de 2017, às 14h
Local do Leilão: Foro Central - Sala de Leilões - Térreo - R. Manoelito de Ornellas, 50 - Praia de Belas - POA/RS

A Exma. Sra. Dra. Juíza de Direito Empresarial, Recuperação de Empresas e Falências do Foro Central da Comarca de Porto Alegre/RS, faz saber que venderá em público leilão em dia, hora e local supra, pelo Leiloeiro José Luis Santayana, os bens a seguir descritos: - Imóvel na Av. das Indústrias, 915, POA/RS - Um terreno urbano sob número 915 da R. das Indústrias med. 30,00m de frente, ao S, lado ímpar, igual medida na divisa do fundo, ao N, onde confronta c/terras do Estado do Rio Grande do Sul, por 84,95m de frente ao fundo, de um lado, ao E, onde se divide c/terreno de Direções Hidráulicas do Brasil S/A, 84,00 da frente ao fundo, do outro lado ao L, onde se divide c/terreno da União Sul Brasileira de Educação e Ensino, distanciado por sua divisa L, 30,00m da esquina c/R. Bernardino Bernardi. Imóvel matr. 5579 RI da cidade de POA/RS - Imóvel na Av. das Indústrias, 945, POA/RS. Um terreno sob o nr. 945 da R. das Indústrias med. 30,00m de frente, ao S, lado ímpar, igual medida na divisa do fundo, ao N, onde confronta c/terras do Estado do Rio Grande do Sul, por 86,90m de frente ao fundo, de um lado, ao O, onde se divide c/terreno de Direções Hidráulicas do Brasil S/A, 84,95m de frente ao fundo, do outro lado, ao L, onde se divide c/terreno também de Direções Hidráulicas do Brasil S/A, distanciado por sua divisa L, 60,00m da esquina formada c/R. Bernardino Bernardi. Imóvel matr. 5218 RI da cidade de POA/RS - Imóvel na Av. das Indústrias, 975, POA/RS. Um terreno sob o nr. 975 da R. das Indústrias, med. 30,00m de frente, ao S, lado ímpar, igual medida na divisa do fundo, ao N onde confronta c/terras do estado do Rio Grande do Sul, por 88,00m da frente ao fundo, de um lado, ao O, onde se divide c/terreno da União Sul Brasileira de Educação e Ensino, 86,90m da frente ao fundo, do outro lado ao L, onde se dividem c/terrenos de Direções Hidráulicas do Brasil S/A, distanciado por sua divisa L, 90,00m da esquina formada, pela R. Bernardino Bernardi. Imóvel matr. 5211. Os terrenos matr. 5210/5211/5279, possuem uma área construída não averbada na matrícula de aprox. 4,70m². Imóvel na R. Giuseppe Mandelli, 510, POA/RS. Um terreno local, no B. Anchieta de centro de quadra, c/terras p/R. Giuseppe Mandelli, em área superficial total aprox. de 4.910,00m² sem ocupação predial. Este imóvel faz parte do Condomínio Landel. Imóvel matr. 76477. Será respeitado o valor mínimo de R\$ 9.150.000,00 (nove milhões cento e cinquenta mil reais), conforme despacho nos autos, pelo total dos imóveis: CONDIÇÃO DE PAGAMENTO: PAGAMENTO À VISTA. COMISSÃO DO LEILÃO: 5%. Fazem intimadas as partes, seus cônjuges, credores hipotecários se houver e demais interessados.

José Luis Santayana - Leiloeiro Oficial - Leilões online: www.santayanaleiloes.com.br
Info: (51) 3029.5797, 3029.2505, 98206-0728

➔ ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA LANCES: santayanaleiloes@gmail.com

Publicações Legais

anuncie: anuncios@correiodopovo.com.br | tel (51) 3216.1620

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
COMARCA E MUNICÍPIO DE SANANDUVA - RS
SERVIÇO REGISTRAL - Moacir Paulo Broch - Registrador
EDITAL DE INTIMAÇÃO

Moacir Paulo Broch, Oficial do Registro de Imóveis de Sananduva/RS, em virtude de estarem em local ignorado, incerto ou inacessível, faz a presente intimação por edital de GELSON ANTONIO COMEL, inscrito no CPF sob nº 424.363.580-91, portador da carteira de identidade nº 4038886339, expedida pela SSP/RS, comendário, e sua esposa BRANDINA ELVIRA ESPERANÇA COMEL, inscrita no CPF sob nº 435.628.410-00, enorresáta, ambos brasileiros, casados pelo regime da comunhão universal de bens, residentes e domiciliados à Rua Tiradentes, nº 01, centro, nesta cidade, ou Av. Independência, nº 130, centro, nesta cidade; (qualificação constante no contrato celebrado aos 13 de junho de 2011). Os intimados deverão comparecer ao OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, situado à Av. Sáizano da Cunha nº 939, salas 207/208, centro, nesta cidade, para efetuar o pagamento da importância total de R\$ 28.545,43 (mais despesas de intimação, publicação de edital, emolumentos e atualização do valor), da qual são devedores em decorrência de atraso no pagamento de prestações relativas ao Contrato de Alienação Fiduciária firmado em 13 de julho de 2011 (registrado em 14 de julho de 2011, sob número R. 16 da Matrícula nº 7.222 do LV-2/RG, deste Cartório). O prazo para pagamento da dívida é de 15 (quinze) dias a contar da terceira e última publicação deste edital, sob pena de rescisão contratual e consolidação da propriedade do imóvel na pessoa da credora, requerente da intimação. **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, agência situada à Rua Carlos Raymond, nº 303, Centro, nesta cidade, Sananduva/RS, 15 de setembro de 2017. Moacir Paulo Broch, Registrador. Obs: Este Edital será publicado por três dias consecutivos, pelo menos, em um dos jornais de maior circulação da local, ou noutro de comarca de fácil acesso, se no local não houver imprensa diária (art. 26, § 4º, da Lei nº 9.514/97).

MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**ALTERAÇÃO DE EDITAL E PRORROGAÇÃO DE DATA DE ABERTURA**

O MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, através da Central de Licitações da Secretaria Municipal da Fazenda, torna pública a alteração de edital e prorrogação de data de abertura da licitação abaixo:

PREGÃO ELETRÔNICO 174/2017 - PROCESSO 001.000318.17.5 - para Registro de preços de medicamentos humanos.
ABERTURA: 9h do dia 03 de outubro de 2017, no site www.portaldcompraspublicas.com.br

JOSÉ OTÁVIO FERREIRA FERRAZ, Superintendente CELIC/SMF.

MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE
COMPANHIA CARRIS PORTO ALEGRENSE**PREGÃO PRESENCIAL 034/2017**

OBJETO: Aquisição parcelada de peças MWM.

A COMPANHIA CARRIS torna público que no dia 04/10/2017, às 09h, procederá, nas suas dependências, a abertura do certame supramencionado. O edital e demais informações encontram-se à disposição dos interessados na Rua Albion, 385 ou pelo site.

PREGÃO ELETRÔNICO 042/2017

OBJETO: Aquisição parcelada de peças para chassis.

A COMPANHIA CARRIS torna público que no dia 05/10/2017, procederá a abertura do certame supramencionado, com os respectivos horários:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 8h45min

ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 9h

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE LANCES: Às 14h

O edital e demais informações encontram-se à disposição dos interessados na Rua Albion, 385 ou pelos sites: <http://www.carris.com.br> e www.portaldcompraspublicas.com.br.

LEILÃO 1/2017

OBJETO: Venda parcelada de estoque de baterias

A COMPANHIA CARRIS torna público que no dia 10/10/2017, às 9h, procederá, nas suas dependências, a abertura do certame supramencionado. A Ata e demais informações encontram-se à disposição dos interessados na Rua Albion, 385 ou pelo site <http://www.carris.com.br>.

RETIFICAÇÃO**PREGÃO PRESENCIAL 023/2017**

OBJETO: Aquisição parcelada de peças MASCARELLO.

A COMPANHIA CARRIS torna público a retificação de data de abertura do certame em epígrafe, que constou na publicação do dia 06/09/2017. Onde consta: às 21/09/2017, leia-se: 09/10/2017. O restante não sofre alterações.

RETIFICAÇÃO**PREGÃO PRESENCIAL 024/2017**

OBJETO: Aquisição parcelada de peças MB8.

A COMPANHIA CARRIS torna público a retificação de data de abertura do certame em epígrafe, que constou na publicação do dia 06/09/2017. Onde consta: às 19/09/2017, leia-se: 06/10/2017 e Onde consta: às 09h, leia-se: às 14h. O restante não sofre alterações.

RETIFICAÇÃO**PREGÃO PRESENCIAL 048/2017**

OBJETO: Aquisição parcelada de peças MANN.

A COMPANHIA CARRIS torna público a retificação de data de abertura do certame em epígrafe, que constou na publicação do dia 06/09/2017. Onde consta: às 21/09/2017, leia-se: 10/10/2017 e Onde consta: às 14h, leia-se: às 09h. O restante não sofre alterações.

PREGÃO PRESENCIAL 047/2017

OBJETO: Contratação de empresa para transporte de valores e processamento de numerários.

A COMPANHIA CARRIS torna público que no dia 13/10/2017, às 14h, procederá, nas suas dependências, a abertura do certame supramencionado. O edital e demais informações encontram-se à disposição dos interessados na Rua Albion, 385 ou pelo site.

Porto Alegre, 13 de setembro de 2017.

HELEN DOS SANTOS MACHADO CALLEYA, Diretor-Presidente



REVOLUÇÃO FARROUPILHA

Desfile cívico-militar na avenida Beira-Rio

Evento tradicional tem como tema, este ano, 'Farroupilhas: idealistas, revolucionários e fazedores de história'

O tradicional desfile cívico-militar da Revolução Farroupilha, organizado pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), realizado anualmente no dia 20 de setembro, será na avenida Edvaldo Pereira Paiva (Beira-Rio) e acontece no sentido bairro-centro. Com início marcado para as 10h, as polícias, representadas pela Brigada Militar, Corpo de Bombeiros, Instituto-Geral de Perícias (IGP) e Comando Rodoviário da BM, marcarão presença no desfile, que deve ter a duração de pelo menos 2h, com término ao meio-dia.

Mais de 1,5 mil cavalos devem integrar o desfile tradicional. O MTG já contabiliza 73 entidades inscritas e, conforme a

entidade, a expectativa é de que mais de mil pessoas passem pela Eraldo Pereira Paiva para desfilarem e celebrar a data que marca a histórica Revolução Farroupilha, que teve início no dia 20 de setembro de 1835 e terminou em março de 1845.

Neste ano, não ocorrerá o desfile temático. "Optamos por adiar a realização do desfile que seria dia 17 de setembro, para uma data em 2018 a ser confirmada. A ideia é trazer uma proposta diferenciada, dentro de um novo conceito, resgatando seu brilho", citou o presidente do MTG, Nairo Callegaro. A falta de recursos e de patrocinadores foi um dos fatores que influenciou no cancelamento da atração.

A renovação da tradição gaúcha tem como tema, este ano, "Farroupilhas: idealistas, revolucionários e fazedores de história", em homenagem às figuras da Revolução Farroupilha, como Bento Gonçalves da Silva, David Canabarro, Antônio de Souza Neto, Domingos José de Almeida,

AGENDA DIA 19

- 18h: Show com Irmãos Ribas - Palco Principal
- 19h: Show com Murielzinho - Palco Principal
- 20h30min: Apresentação Cultural de Dança com GF Chão Batido, de Ijuí - Palco Principal
- 21h30min: Show com Marcelo Caminha - Palco Principal
- 23h: Baile com Brunetto y Santafé Beira d'Estrada e Roger Moraes - Casa do Gaúcho
- 24h: Momento Solene em Homenagem ao Dia do Gaúcho

Giuseppe Garibaldi, José Mariano de Mattos, Afonso Corte Real, José Gomes Vasconcelos Jardim, Onofre Pires, Joaquim Teixeira Nunes, Antônio Vicente da Fontoura e Bento Manuel Ribeiro.

A estrutura deve começar a ser montada hoje à tarde. Serão dois toldos para imprensa e narração, um palanque para o MTG e convidados e outro para autoridades. Este ano, não haverá arquibancada para o público em geral.



Crianças se divertiram ao laçar a 'vaca parada'



ACAMPAMENTO

Movimento começou à noite

Após um final de semana que reuniu milhares de pessoas, o dia de ontem no Acampamento Farroupilha teve uma movimentação tímida. As vias do Parque da Harmonia começaram a ficar movimentadas apenas com o cair do sol e a chegada da noite. De qualquer forma, quem aproveitou o local durante o dia teve algumas opções de entretenimento.

Enquanto grupos de escolas se apresentavam no palco princi-

pal, piquetes ofereciam atividades ligadas à cultura gaúcha. No piquete Cancha Reta, dezenas de crianças se divertiram ao aprender a laçar a "vaca parada". "O laço é um esporte, mas acaba sendo uma brincadeira para as crianças", disse Andressa Mota, integrante do piquete. Segundo ela, até alguns adultos se aventuraram no laço. "Fazemos também uma competição amigável entre os piquetes", relatou.



Segundo Pretto (D), ação traz simbolismo porque concentra a tradição gaúcha

HEFORSHÉ

Adesão de peões e prendas

Os peões e prendas também estão aderindo ao Movimento ElesPorEla (HeForShe). Através de uma blitz realizada no final da tarde de ontem e coordenada pelo presidente da Assembleia Legislativa, Edgar Pretto (PT), em parceria com o presidente do MTG, Nairo Callegaro, os integrantes do Acampamento foram informados sobre os objetivos do movimento.

"Essa ação traz um simbolismo importante porque concentra a tradição gaúcha, que vai passar a integrar esse grande movimento mundial que busca a igualdade entre homens e mulheres", relatou Pretto.

A adesão de peões e prendas pode ser realizada através do totem do HeForShe, localizado no piquete do MTG ou através do site www.heforshé.org/pt.

TALENTO FARROUPILHA

Conhecidos os primeiros finalistas

Os dois primeiros finalistas do concurso cultural "Talentos Farroupilha", promovido pela Record TV, foram conhecidos ontem no programa "Balanço Geral" com a primeira semifinal da disputa. Roger Guedes, de 17 anos, com a apresentação da dança Chula, e o gaitero João Lucas Nonato, de 8 anos, foram os escolhidos pelo público. Os outros dois finalistas serão conhecidos hoje durante o programa.

A primeira semifinal contou com o talento de mais dois cantores e um gaitero de boca. Acompanhado novamente do pai, Hailson Carrero, de 8 anos, voltou a encantar os jurados. Além dele, a cantora Soeli Farias, de 51 anos, com mais de 60 composições, e o experiente gaitero de boca José Maria, de 69 anos, também tentaram uma vaga na final.



Roger Guedes (E) e João Lucas Nonato foram os escolhidos pelo público

Com a Chula, Roger Guedes inovou ao apresentar a dança em "dois passos" e uma declamação em meio à apresentação.

Já João Lucas, com apenas um ano de prática com a gaita, mostrou que é um prodígio do instrumento musical.

Economia

AGRONEGÓCIOS

Quilo do suíno vivo sobe R\$ 0,07

A pesquisa semanal da cotação do suíno, milho e farelo de soja no Rio Grande do Sul, feita nesta segunda-feira pela Associação de Criadores de Suínos (Acsus), apontou aumento de mais R\$ 0,07 no preço médio pago pelo quilo do suíno vivo ao produtor independente no Estado. Nesta semana, a cotação ficou em R\$ 3,87.

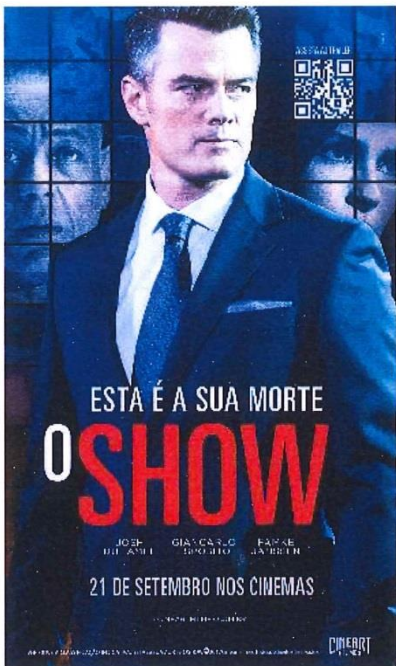
O valor da saca de 60 quilos do milho subiu para R\$ 28,00 (anterior R\$ 27,62) e do farelo de soja, para R\$ 990,00 no pagamento à

vista (anterior R\$ 970,00) e para R\$ 1.005,00 no pagamento com 30 dias de prazo (anterior R\$ 985,00).

O preço médio na integração está em R\$ 3,08. As agroindústrias e cooperativas apresentaram as seguintes cotações: Cooperalfa/Aurora, R\$ 3,10; Cosuel/Dália Alimentos, R\$ 3,10; Cotrijui, R\$ 3,10; Cooperativa Languiru, R\$ 3,00; Cooperativa Majestade, R\$ 3,05; Ouro do Sul, R\$ 3,30; Alibem, R\$ 3,00; JBS, R\$ 3,10; e Pamplona, R\$ 3,10.



Para criadores integrados, preço médio apurado está em R\$ 3,08



Cooperativas de leite buscam auxílio do governo do Estado

Grupo vai sugerir mecanismos técnicos, tributários e de qualificação

O chefe da Casa Civil, Fábio Branco, recebeu, nesta segunda-feira, representantes de cooperativas de leite, que vêm enfrentando dificuldades por causa da competição com o leite e seus derivados importados de países vizinhos, como Uruguai e Argentina. No encontro, ficou decidida a criação de um grupo de trabalho, com representantes das secretarias da Fazenda e do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, para identificar e sugerir mecanismos técnicos, tributários e de qualificação para os produtores.

Para Branco, é preciso estimular a produtividade. "Para nossa cadeia (produtora de leite) se tornar mais competitiva, é preciso instrumentalizar as cooperativas com assistência técnica e aumentar o volume de produção", afirmou. O governo do Estado já está tomando medidas para reduzir os prejuízos do setor. O governador José Ivo Sartori assinou, durante a 40ª Expinter, decreto que muda as regras do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias (ICMS), suspendendo por 90 dias o Decreto nº 53.059/2016, que trata do diferimento para importação de leite para os centros distribuidores. E também não foi renovado o Decreto nº 50.645/2013, que dispõe sobre o diferimento



Representantes dos produtores estiveram em reunião na Casa Civil

para incentivo à importação de leite para a industrialização.

Os estoques de leite em pó estão altos no mercado nacional. Além do baixo consumo do produto, o volume de importação aumentou de forma desproporcional. Com isso, a indústria está reduzindo o preço pago ao produtor. Desde 2016, 100 mil toneladas de produto importado entraram no Brasil. No Rio Grande do Sul, entraram 64 mil toneladas, o equivalente a 47 dias de produção da bacia leiteira gaúcha.

Um estudo realizado pelas entidades cooperativadas na Câmara Temática do Leite mostra que 48%

da produção é originária de pequenos produtores e cooperativas, e avalia que, com suporte técnico, a produtividade possa aumentar em até 15%.

Participaram da audiência o deputado estadual Edson Brum; a presidente do Conselho de Desenvolvimento Regional do Vale do Taquari (Codevat), Cintia Agostini; o superintendente técnico operacional, Gerson José Laueremann; o presidente do Sistema Ocergs, Vergílio Frederico Perius; o presidente da Consuel/Dália Alimentos, Gilberto Antônio Piccinini; e o engenheiro agrônomo da Cooperativa Languiru, Fernando Staggemeier.

Especialistas debatem resistência de plantas daninhas

O 2º Seminário de Resistência de Plantas Daninhas em Terras Baixas acontece nesta terça-feira, das 13h às 18h, no auditório da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (Faem), em Capão do Leão. O encontro é uma promoção

da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e com apoio do Instituto Rio Grandense do Arroz (Irga), da Consultoria Agrônoma e Planejamento Es-

tratégico e do Centro de Herbolgia da UFPel.

As inscrições podem ser feitas no local, das 10h às 12h50. Os interessados devem levar dois quilos de alimento não perecível ou pagar o valor de R\$ 20,00.

ENERGIA

Eletrobras terá de devolver R\$ 2,998 bilhões à CCC

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) rejeitou recurso da Eletrobras e manteve a determinação à estatal de ressarcir em R\$ 2,998 bilhões o fundo da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC). No recurso, a estatal pediu suspensão da decisão, mas a agência resolveu não atender à solicitação "por não se encon-

trarem presentes os requisitos ensejadores da suspensividade". O valor do ressarcimento decorre de cobranças irregulares feitas nos últimos anos pela estatal para compra e distribuição de gás que abastece usinas da Amazonas Energia, que é controlada pela Eletrobras.

A rejeição ao recurso está

publicada em despacho no Diário Oficial da União (DOU) desta segunda-feira. A decisão mantém também a determinação à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para que suspenda os desembolsos aos contratos de confissão de dívidas celebrados entre a Eletrobras e a Amazonas Energia.

Economia

PREVIDÊNCIA

INSS tem R\$ 1 bi a receber de bancos por pagamento a segurados falecidos

Ineficiência do processo de cobrança acarreta aumento da dívida do instituto, aponta relatório

Auditoria do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) identificaram irregularidades e inconsistências na prestação de contas anual do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), entre as quais, o pagamento indevido de benefício a segurados já mortos.

Segundo o relatório de auditoria produzido pela Secretaria Federal de Controle Interno da CGU, os problemas identificados "comprometeram os resultados qualitativos" do pagamento de benefícios aos segurados do Regime Geral de Previdência Social nas áreas urbanas e rurais.

No entanto, não foi constatada ocorrência de danos ao erário - ainda que o INSS enfrente dificuldades para recuperar, junto aos bancos, mais de R\$ 1 bilhão em pagamentos de benefícios liberados após a morte dos segurados.

O número de casos de pagamento indevido de benefícios pós-óbito é incerto, mas dados do INSS reunidos pela CGU apontam a existência de 73.556 processos de solicitação de devolução e de cobrança administrativa pós-óbito.

Somados, os processos totalizavam um montante de R\$ 1,01 bilhão, que o INSS tenta reaver junto a vários bancos públicos e privados. Apenas 12%, ou R\$ 119 milhões, foram devolvidos até o momento.

"A ineficiência do processo



Apenas 12% dos benefícios pagos irregularmente foram ressarcidos, o que representa R\$ 119 milhões

de cobrança acarreta o aumento da dívida", mostra o relatório da CGU.

"A situação presente é resultado da progressiva perda de capacidade de governança do instituto. Em poucos anos, o INSS perdeu controle sobre a concessão, a manutenção e a cessação de benefícios e também sobre a prevenção de erros e recuperação de valores."

Além do indicativo obtido a partir do número de processos de solicitação e de cobrança administrativa, o cruzamento da folha de pagamentos do INSS,

com a base de dados do Sistema Informatizado de Controle de Óbitos (Sisobi), revela que ao menos 101.414 pessoas já constavam como mortas antes de receber um ou mais benefícios previdenciários entre janeiro e agosto de 2016.

As pessoas teriam recebido pouco mais de R\$ 460 milhões em benefícios indevidos, divididos em 441.498 pagamentos (cada registro suspeito identificou gerou, em média, quatro pagamentos mensais). Entre esses indícios de irregularidades, há 1.256 beneficiários que, embo-

ra supostamente mortos desde 2005, recebiam benefícios ainda em 2016.

Em 2016, a liberação de recursos a beneficiários das áreas urbana e rural movimentaram, respectivamente, R\$ 386,3 bilhões e R\$ 109,3 bilhões, totalizando R\$ 495,7 bilhões, ou 88% de todas as despesas liquidadas pela autarquia durante o ano.

Em 2015, essa soma atingiu R\$ 428,54 bilhões, enquanto, em 2014, as despesas com benefícios pagos aos segurados do meio urbano e rural efetivamente liquidadas totalizou R\$ 390 bilhões.

Prazo para informar óbitos recebe críticas

Outra fragilidade no ressarcimento dos pagamentos seria o prazo para que os cartórios de registro civil comuniquem ao INSS qual-quer óbito até o dia 10 do mês subsequente ao falecimento - prazo que a CGU considera "excessivo" por acarretar o pagamento de, no mínimo, um benefício ao segurado já morto. "Entre dezembro de 2015 e agosto de 2016 foram registrados 87.743 falecimentos de beneficiários. Todos receberam pagamento no mês seguinte ao registro de óbito."

Procurado, o INSS não se pronunciou. Em nota divulgada nesta segunda-feira, a CGU afirma que o problema é causado, principalmente, pela resistência dos bancos em atender à solicitação de restituição da quantia e que já recomendou ao INSS que discuta com o Banco Central, o Conselho Monetário Nacional e a Casa Civil da Presidência da República, a alteração normativa e a criação de um novo produto específico para pagamento de benefícios - e não apenas o modelo de depósito em conta-corrente.

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) informou que os bancos pagadores de benefícios têm apoiado o instituto na busca por soluções que evitem o pagamento de benefícios a pessoas já falecidas.

Recuperação de valores esbarra na interpretação

A ausência de danos imediatos aos cofres públicos se explica pelo fato de o INSS tentar recuperar os valores creditados indevidamente aos bancos no pagamento de benefícios de segurados já falecidos, seja por meio de processos de solicitação de devolução (quando a instituição financeira não correu para o pagamento indevido do benefício, transferido pelo instituto) ou com processos de cobrança administrativa (quando é constatado que o banco falhou ao não identificar a situação do segurado).

Na avaliação dos técnicos da CGU, uma das dificuldades para recuperação dos valores indevidamente repassados aos bancos reside na interpretação das instituições financeiras para as últimas

determinações do Banco Central (BC) e do Conselho Monetário Nacional (CMN) sobre o tema.

Uma resolução de 2009, do CMN, por exemplo, veda às instituições a realização de débitos em contas de depósito sem prévia autorização do cliente. Além disso, o direito do INSS cobrar os valores indevidamente liberados pelos bancos prescreve em cinco anos a partir da data do pagamento do benefício.

"Apesar da convicção da Procuradoria Federal Especializada acerca da possibilidade de devolução dos aludidos valores, os bancos têm resistido, alegando que o estorno de valores creditados por equívoco só poderia ser realizado quando o erro fosse do próprio

banco e não de terceiros, como o INSS", apontam os auditores.

O INSS já provocou o BC a autorizar os bancos a estornarem os pagamentos indevidamente transferidos pelo órgão, mas não obteve sucesso.

Para a CGU, a recuperação dos valores não é simples. Além das previsões legais na relação com os bancos e seus correntistas, há ainda as dificuldades inerentes aos processos burocráticos do próprio INSS, como o tratamento individualizado dispensado a cada um dos milhares de processos e o "declínio da força de trabalho" do instituto, principalmente devido a aposentadoria dos atuais servidores, que não vêm sendo substituídos por novas contratações.



CREMERS
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

O Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul publica o seguinte aviso de Licitação na modalidade:

• Pregão Eletrônico n.º 10/2017 - Criação e impressão do Manual Técnico Disciplinar 10ª Edição 2017 sob demanda, via Sistema de Registro de Preço

Data: 02/10/2017 Horário: 10h.

• Pregão Eletrônico n.º 11/2017 - Registro de Preço de Cartuchos e Toner

Data: 02/10/2017 Horário: 11h.

Informações, editais e anexos poderão ser obtidos na sede do Cremers, na Av. Princesa Isabel, 921, das 08h45min às 18h ou pelo fone (51) 3300.5413.

Porto Alegre, 19 de setembro de 2017

Raul Antônio Ramos Vallandro
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Política

CÂMARA DE PORTO ALEGRE

Comissões aprovam projeto de revisão da planta do IPTU

Proposta deve ser votada em plenário na próxima segunda-feira



Líderes de bancadas se reúnem em frente à Mesa Diretora para discutir parecer sobre mudança no imposto

Carlos Villela, especial para o JC
politica@jornalcomercio.com.br

N a sessão desta segunda-feira na Câmara de Porto Alegre, as comissões permanentes da Casa analisaram o projeto do Executivo que revisa a Planta Genérica de Valores e modifica a cobrança do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) a partir do próximo ano. O projeto teve parecer positivo de quase todas as comissões. Porém, a mais diretamente relacionada com o tema, a Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação (Cuthab), foi a única que se manifestou de forma contrária.

Os vereadores se pronunciaram com visões diferentes sobre o projeto. De acordo com a vereadora Mônica Leal (PP), ela não votará a favor de nenhum aumento de imposto. Mônica já vem demonstrando preocupação com o projeto dizendo que não é o momento para um crescimento da carga tributária. Ela também criticou a cobrança dos clubes sociais, afirmando que muitos deles não terão condições de se sustentar, e que locais como o Jockey Club, na Zona Sul, podem fechar indefinidamente. O PP, maior partido da base do prefeito Nelson Marchezan Júnior (PSDB), já se posicionou de forma contrária ao aumento de tributos.

Já a oposição tem visões va-

riadas sobre o projeto. O vereador Adeli Sell (PT) se manifestou favoravelmente à revisão dos valores, ressaltando que o projeto tem origem na assessoria técnica da prefeitura, e que é "único projeto até agora com o dedo dos servidores". Já Marcelo Sgarbossa (PT) diz que o projeto deveria apresentar uma cobrança maior de imóveis que custam mais de R\$ 1 milhão.

Se o projeto não estiver publicado no Diário Oficial do município até o dia 29 de setembro, última sexta-feira do mês, ele não terá como valer para o ano de 2018. Por isso, o mais provável é que a votação para aprovar o projeto fique para a sessão da próxima segunda-feira.

Prestação de contas da gestão Fortunati é aceita

Os vereadores da Capital aprovaram, nesta segunda-feira, as contas do Executivo de 2014, na época, sob administração de José Fortunati (PDT). Não houve voto contrário, contando apenas com as abstenções dos vereadores Sofia Cavedon (PT), Marcelo Sgarbossa (PT), Prof. Alex Fraga (PSOL) e Roberto Robaina (PSOL). O projeto foi a plenário após parecer favorável do vereador Felipe Camozzato (Novo), da Comissão de Finanças.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Deputados criam frente gaúcha em defesa do Ensino Superior público

A situação de crise financeira que atinge instituições públicas de Ensino Superior no Estado é tema da Frente Gaúcha em Defesa das Universidades e Institutos Federais do Rio Grande do Sul, lançada nesta segunda-feira na Assembleia Legislativa, durante a 4ª edição do Fórum dos Grandes Debates.

Neste ano, as 10 instituições federais do Rio Grande do Sul tiveram cortes de até 40% nos seus orçamentos pela União. Estiveram presentes no ato os reitores dessas entidades de ensino, representantes da bancada federal gaúcha, deputados estaduais, en-

tidades de professores, de servidores e de alunos, além de organizações e movimentos sociais.

Com a assinatura de deputados das 16 bancadas da Assembleia Legislativa, uma das prioridades dos reitores, através da frente, é assegurar na votação orçamentária de 2018 a mesma cobertura prevista na lei orçamentária de 2017.

Estão marcadas mobilizações em todo o Estado para o dia 30 de setembro, quando termina o recurso liberado pelo governo para manutenção e funcionamento das universidades e institutos federais.

Parlamentares acompanharão adesão ao Regime de Recuperação Fiscal

Será lançada nesta terça-feira, na Assembleia Legislativa, a Frente Parlamentar para Acompanhamento da Adesão do Rio Grande do Sul ao Regime de Recuperação Fiscal. Proposta pelo deputado Luís Augusto Lara (PTB), a frente conta com a assinatura de 25 parlamentares, incluindo o líder do governo na Assembleia, deputado Gabriel Souza (PMDB).

Para receber socorro financeiro da União, o governo do Estado precisa aderir ao Regime de Recuperação Fiscal proposto pelo governo federal. No início do mês, o Executivo estadual protocolou o projeto no Legislativo, e está elaborando um termo de acordo que não inclui a privatização ou federalização de ativos do setor energético, uma das contrapartidas exigidas pela União.

MUNICÍPIOS

Ex-prefeito de Uruguiana é condenado por compra de piano

O ex-prefeito de Uruguiana José Francisco Sanchotene Felice (Rede), réu em ação civil pública, foi condenado por ato de improbidade administrativa pela compra de um piano importado no valor de R\$ 407.550,00. Segundo o juiz Carlos Eduardo de Miranda Faraco, da 3ª Vara Cível da comarca local, a aquisição do instrumento, feita em 2012, foi uma "extravagância" que feriu os princípios da administração pública da economicidade, da eficiência e da moralidade.

Com a decisão, Sanchotene Felice teve suspensos os direitos políticos por três anos, foi condenado a pagar multa no valor equivalente a três vezes a última remuneração no cargo de prefeito, e não poderá contratar com o poder público nem receber benefício fiscais ou creditícios também por três anos. Cabe recurso.

O piano, da marca alemã Stenway, não chegou a ser desembalado e, conforme relatado

na sentença, exigiria altos custos mensais de manutenção e afinação. A compra foi realizada com recursos oriundos da taxa de outorga, para a empresa Foz do Brasil, da concessão do serviço de água no município. Ainda durante a tramitação da ação, a peça foi vendida em leilão pelo valor de R\$ 500 mil.

A ação foi movida pelo Ministério Público (MP) a partir de representação apresentada por dois então vereadores da cidade da fronteira gaúcha. A acusação apontava falta de licitação e sobrepreço na compra - pelo que o MP pediu que o réu fosse condenado a devolver cerca de R\$ 100 mil aos cofres da cidade. A defesa negou o sobrepreço e o enriquecimento ilícito, e disse que a licitação era dispensável, uma vez que há exclusividade na importação do instrumento para o Brasil. Argumentou que o piano seria atração para o novo teatro de Uruguiana.



Impressoras e recargas

assistência de computadores

Há mais de duas décadas garantindo qualidade !!!

computadores - impressoras - calculadoras - máquinas de escrever

(51) 3223.0216 - 99917.0966
98115.8665

Geral

Editora: Paula Sória Quedl
geral@jornalcomercio.com.br

SEGURANÇA

Presídios levarão boa parte do orçamento, diz Schirmer

Setor terá 16% mais recursos para investimento e custeio em 2018

Igor Natusch
igor@jornalcomercio.com.br

Enviado à Assembleia Legislativa no começo de setembro, o projeto da Lei Orçamentária Anual do governo do Estado para 2018 prevê um aumento de 16% nos gastos com segurança pública. Do total de R\$ 9,5 bilhões previstos para o setor, R\$ 782 milhões devem ir para custeio e investimentos - o restante vai bancar despesas com pessoal. Segundo o titular da Secretaria de Segurança Pública (SSP), Cezar Schirmer, a maior parte dos recursos deve ser revertida para o sistema prisional, em especial na criação de novas vagas e em melhorias tecnológicas.

É o segundo ano em que a segurança tem aumento nos aportes - o orçamento deste ano para a área já havia sido 19% maior do que o de 2016. "É uma demonstração de como o governador (José Ivo Sartori) vê a segurança como prioridade. Mesmo na escassez

que vivemos, é um aumento relevante", frisa Schirmer. Os valores beneficiam Brigada Militar, Polícia Civil, Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe), Corpo de Bombeiros e Instituto-Geral de Perícias (IGP).

Uma das casas prisionais que naturalmente vai custar mais ao Estado é o presídio de Canoas. A previsão, de acordo com Schirmer, é que o sistema de esgoto da unidade esteja concluído até o final de setembro, encerrando as obrigações do governo estadual na viabilização do complexo.

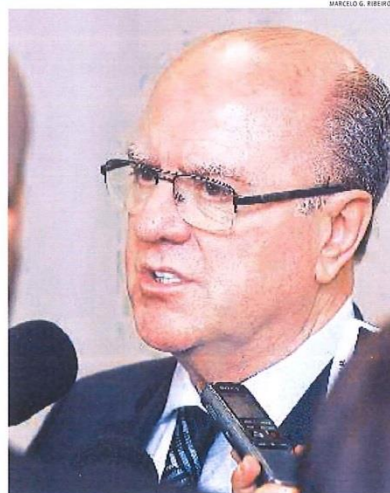
A formação dos novos funcionários, a partir do concurso coordenado pela Susepe, ainda deve demorar. "A ocupação definitiva depende da conclusão da formação (dos concursados). Talvez consigamos abrir uma galeria a mais neste ano, mas não mais que isso." Quando em pleno funcionamento, a previsão é que a manutenção do presídio custe R\$ 9 milhões por mês aos cofres estaduais.

Também foram anunciadas

pela SSP unidades prisionais em Viamão (com 430 vagas previstas) e Alegrete (286 vagas), e uma nova cadeia pública a ser erguida a partir de permuta com o Grupo Zaffari, com previsão de assinatura da ordem de serviço até a metade de novembro. Além dos custos estruturais e com servidores, o secretário reforça a disposição de bancar equipamentos como bloqueadores de celular, escâneres e câmeras de monitoramento.

Outro possível destino para o reforço financeiro são as obras da nova sede do IGP. Quando pronto, o edifício de sete andares terá 11,7 mil metros quadrados de área construída e abrigará toda a estrutura de criminalística, perícias de interior e laboratoriais do órgão. "Hoje, eles estão muito mal, as instalações são deficientes. Queremos entregar um prédio moderno, de excelência", reforça Schirmer.

O secretário também salienta a necessidade de melhorar o material disponível para a atuação



"A escassez nos exige criatividade", ressalta secretário de Segurança gaúcho

de policiais civis e militares, adquirindo veículos, armamentos e coletes, entre outros equipamentos. O monitoramento eletrônico, bem como incrementos ao Sistema de Segurança Integrada com Municípios do Rio Grande do Sul

(Sim-RS), também devem receber fatias do montante disponível para a pasta. "Claro que é muito bom (receber mais recursos), mas precisamos suprir carências de décadas. A escassez nos exige criatividade", resume.

JUSTIÇA

Juiz do DF autoriza psicólogos a oferecer terapia de reorientação sexual

Um juiz federal do Distrito Federal autorizou, na segunda-feira, em caráter liminar, que psicólogos atendam eventuais pacientes em busca de terapia para reorientação sexual. A decisão atendeu a uma ação de três psicólogos que pediam a suspensão de uma resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP) que estabelece como os profissionais da área devem atuar nos casos que envolvam a orientação sexual de pacientes. O conselho deve recorrer da decisão.

A Resolução nº 1 do CFP, de março de 1999, diz que psicólogos não devem tratar comportamen-

tos ou práticas homoeróticas como patologia, e proíbe a participação ou colaboração em eventos ou serviços que proponham o tratamento e a cura da homossexualidade. A determinação parte de entendimento da Organização Mundial de Saúde sobre o tema, apontando que a homossexualidade não é uma doença, distúrbio ou perversão. Os autores da ação, porém, afirmam que a resolução do CFP impede profissionais de auxiliar pacientes que manifestem angústia ou desconforto com sua condição, além de restringir a liberdade de pesquisa, prevista na Consti-

tuição, ao bloquear estudos sobre uma eventual reversibilidade de comportamentos homoeróticos.

O juiz Waldemar Cláudio de Carvalho, da 14ª Vara do Distrito Federal, acatou parcialmente o pedido. Embora os efeitos gerais da regulamentação tenham sido mantidos, o magistrado determinou que seja facultado aos profissionais interessados a possibilidade de pesquisar o tema ou atender pacientes que busquem a chamada reorientação sexual. Em sua leitura, a resolução do CFP não é inconstitucional, mas deve estar garantido aos profissionais a pos-

sibilidade de estudar ou atender quem, voluntariamente, buscar orientação psicológica acerca de sua sexualidade.

Em nota, o CFP afirmou que a decisão abre caminho para terapias de reversão sexual, prática que o conselho afirma representar "uma violação dos direitos humanos" e sem "qualquer embasamento científico", podendo provocar sequelas e sofrimento psíquico. Na avaliação do conselho, o juiz se equivocou ao definir como os psicólogos devem interpretar a resolução de seu próprio órgão de classe.

EDUCAÇÃO

Fies tem vagas remanescentes disponíveis

O Ministério da Educação abriu, nesta segunda-feira, as inscrições para 35 mil vagas remanescentes do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) referentes ao segundo semestre de 2017. Os prazos variam conforme a modalidade em que o estudante se encaixa.

Poderão concorrer aqueles que tenham participado de alguma edição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) desde 2010, obtido nota mínima de 450 pontos nas provas e não zerado a redação. É necessário comprovar renda familiar mensal bruta per capita de até três salários-mínimos.

As inscrições deverão ser feitas exclusivamente por meio eletrônico, na página do Sistema de Seleção do Fies (www.fiesselecao.mec.gov.br). Depois, nos dois dias úteis subsequentes, elas terão que ser concluídas pelo candidato por meio do Sistema Informatizado do Fies (www.sisfies.mec.gov.br).

CLIMA

Número de famílias desabrigadas chega a 265 no Rio Grande do Sul

O Rio Grande do Sul já tem 265 famílias desabrigadas ou desalojadas em decorrência da chuva que caiu de quinta-feira a sábado. Ao todo, são 76 famílias (20 em Dom Pedrito, 12 em Quaraí e 44 em Alegrete) desabrigadas e 189 (81 em Dom Pedrito, 57 em Quaraí, uma

em Santa Cruz do Sul, 46 em Alegrete, uma em Rio Pardo e três em Rosário do Sul) desalojadas.

Conforme a Defesa Civil estadual, a chuva deve dar uma trégua nesta semana. O tempo seco previsto para os próximos dias vai colaborar para que o nível dos rios

diminua. Embora algumas bacias sigam com o nível elevado, a tendência é de que retornem aos níveis de observação nesta semana.

Nesta terça-feira, o céu permanece nublado, com presença de névoa úmida e nevoeiro em todo o Estado. As temperaturas variam

entre 8 e 32 graus. Na Capital, a oscilação é menor, com variação entre 15 e 27 graus. A previsão é de que o feriado da Revolução Farroupilha, na quarta-feira, também tenha céu nublado, com temperaturas entre 10 e 34 graus. Na Capital, as marcas ficam entre 17 e 32 graus.

Fechamento

Loterias

O concurso 4.484 da Quina sorteou nesta segunda-feira os números 10, 18, 22, 45 e 55. No sorteio 1.561 da Lotofácil, saíram as dezenas 03, 05, 06, 07, 08, 12, 13, 15, 16, 18, 20, 21, 22, 24 e 25. Os resultados são extraordinários.

PGR

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse que a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, "certamente" fará revisões em procedimentos da PGR instaurados por seu antecessor, Rodrigo Janot. Raquel Dodge assumiu o cargo nesta segunda-feira.

Bndes

O novo diretor de Planejamento e Crédito do Bndes, Carlos da Costa, afirmou, nesta segunda-feira, que os R\$ 180 bilhões que o governo quer que a instituição devolva ao Tesouro Nacional, em uma única parcela, podem comprometer os investimentos do banco. O valor é referente à dívida de R\$ 450 bilhões do Bndes com o Tesouro.

Recuperação fiscal

O procurador-geral do Estado, Euzébio Ruchel, esteve nesta segunda-feira em Brasília para tratar da adesão do Rio Grande do Sul ao Regime de Recuperação Fiscal com a advogada-geral da União, ministra Grace Mendonça. Na audiência, solicitada pela AGU, foi proposta a instalação de câmara de conciliação para que as questões jurídicas das sejam negociadas, evitando ações na Justiça.

Saúde

Após quase 30 dias com atendimento em local provisório, o Banco de Sangue da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre foi reinaugurado nesta segunda-feira.

Endeavor

Estudo da organização internacional Endeavor aponta que 86% das empresas brasileiras estão com algum tipo de irregularidade perante órgãos de controle. As pendências incluem atrasos no pagamento de impostos ou não cumprimento de exigências de prefeituras ou da Receita Federal.

Em foco



O orgulho gaúcho pelo 20 de Setembro marca, também, a abertura da exposição

O laçador e os gaúchos,

nesta quarta-feira, às 19h, na Galeria Gulon Arte (junto ao complexo de cinemas do Nova Olaria, na rua Lima e Silva, 776). São mais de 50 trabalhos, entre desenhos, pinturas e fotografias, que celebram a imponente figura criada por Antonio Caringi a partir do folclorista Paixão Côrtes. Destaque para nomes como Vasco Prado, Glênio Bianchetti, Gustavo Nakle, Nelson Jungbluth e Antonio Soriano, entre outros. Há ainda diversas imagens feitas no sítio do laçador por Carlos Schmidt. A visitação, com entrada franca, vai até 5 de novembro deste ano.

A partir desta quarta-feira, começa a segunda edição do

Re.movies,

projeto que transforma o estacionamento do BarraShopping-Sul (avenida Diário de Notícias, 300) em uma grande sala de cinema a céu aberto. As sessões, gratuitas, acontecerão até 23 de setembro. A programação tem quatro filmes: *McFarland*; *Um sonho possível*; *Voando alto*; e *Estrelas além do tempo*. Para matar a fome, vários food trucks estarão no local. Com entrada franca, o evento é aberto inclusive para os pets. As sessões começam logo após o pôr do sol, às 19h.

Um dos principais mágicos do Brasil, Paulo Roberto Martins, conhecido como

Tio Tony,

morreu na segunda-feira, em Porto Alegre. O artista deu entrada no Hospital Independência, na sexta-feira passada, com fortes dores, e não resistiu a uma parada cardíaca. Nascido em Rio Grande, Martins mudou-se para a Capital no final dos anos 1960. A alcunha de Tio Tony presta uma homenagem ao ator Tony Curtis, protagonista do filme *Houdini, o homem miraculoso*. Há 14 anos, o mágico trabalhava no Salão mágico do Tio Tony, localizado na rua Dona Alzira, Zona Norte de Porto Alegre, onde são realizados aniversários infantis. Tony apresentou programas infantis na década de 1980, como Carrossel Bandeirantes, Tio Tony e Mundo mágico do Tio Tony.



Tempo



Rio Grande do Sul

Parcialmente nublado com névoa úmida ou nevoeiro. Temperatura: em elevação. Mínima: 8°C. Máxima: 32°C. Umidade: 30%/95%. Ventos: leste a norte, de fracos a moderados. Quarta-feira - Parcialmente nublado com névoa úmida e/ou seca.



Porto Alegre

Parcialmente nublado com névoa úmida ou nevoeiro. Temperatura: em elevação. Mínima: 15°C. Máxima: 27°C. Umidade: 50%/95%. Ventos: leste a norte, de fracos a moderados. Quarta-feira - Parcialmente nublado com névoa úmida e/ou seca.

FONTE: UNIVET/SP/RS/RS

NESTA EDIÇÃO

Os destaques do Porto Alegre em Cena nesta terça-feira e no 20 de Setembro



NESTA EDIÇÃO

Brasil é segundo país que mais envia pedidos de remoção de conteúdo da internet; Supremo Tribunal Federal vai discutir o 'direito ao esquecimento', e Google quer ser ouvido no julgamento

INTERNET

Direito ao esquecimento será discutido no STF

Google quer ser ouvido em caso que pode gerar repercussão geral sobre informações pessoais na internet

Igor Natusch

igor@jornaldocomercio.com.br

O Brasil está entre os países mais destacados em uma curiosa estatística internacional: segundo o Google, é o segundo lugar que mais envia ordens pedindo remoção de conteúdo de suas plataformas, atrás apenas da Rússia. Segundo dados da empresa, 5.261 solicitações do tipo foram encaminhadas desde 2009, envolvendo cerca de 54 mil itens on-line. Os dados constam em uma petição, encaminhada ao Supremo Tribunal Federal (STF) no começo deste mês, em que o Google pede para ser amicus curiae em um processo ligado ao direito ao esquecimento que facultaria ao cidadão eliminar as redes informações a seu respeito, mesmo que verdadeiras, se forem consideradas prejudiciais e tiverem perdido importância com o passar do tempo.

O caso, sob relatoria do ministro Dias Toffoli, é movido pelos familiares de Aida Curi, uma adolescente de 18 anos, que sofreu vio-



Ministros do Supremo Tribunal Federal irão analisar caso que envolve crime ocorrido em 1958

lência sexual e acabou assassinada no Rio de Janeiro, em 1958. No início dos anos 2000, o extinto programa Linha Direta, da TV Globo, dramatizou o crime. Alegando que a exibição do episódio provocaria dor à família, pediu-se que este não fosse ao ar e, em um segundo momento, que fosse paga uma indenização. O ministro Luís Felipe Salomão, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), negou o recurso, e o caso agora chega ao STF, com pos-

sível efeito de repercussão geral.

Mesmo que nem todos os casos sejam referentes ao direito ao esquecimento, o Google alega que a alta judicialização cria riscos à liberdade na internet brasileira, motivo pelo qual deseja ser ouvida no caso em questão. "A pretexto de ajudar as pessoas a superar acontecimentos infelizes de seu passado, o que se tem é uma postura deliberada do Estado para cercar comunicações provenientes da so-

ciedade", diz a petição. Segundo o Google, não há problema em apagar materiais ilícitos, mas muitas decisões ignoram questões técnicas que inviabilizam seu cumprimento. Além disso, presumir que a passagem de tempo gera o direito de apagar dados verdadeiros, mesmo que desconfortáveis, pode gerar situações de censura.

Desde 2002, o direito ao esquecimento passou a constar na interpretação do Código Civil bra-

sileiro, a partir do Enunciado nº 531 da Justiça Federal. No texto, a prerrogativa de ser esquecido no mundo digital é colocada ao lado dos demais direitos da personalidade, em especial como elemento importante para ressocialização. A primeira decisão do STJ a reconhecer o direito, porém, ocorreu apenas em 2013, também envolvendo o programa Linha Direta. Na ocasião, um homem inocentado de participação na chamada Chacina da Candelária, em 1993, acabou retratado no programa como um dos envolvidos no crime.

Outro caso recente envolve a apresentadora Xuxa Meneghel. Ela solicitou que o Google excluísse de seus motores de busca resultados apontando para o filme "Amor Estranho Amor", de 1982, em que a atriz contracenava nua com um menor de idade. Em 2012, o STJ casou decisão anterior a favor de Xuxa, acolhendo recurso especial do Google e anulando antecipação de tutela determinada pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Em maio deste ano, a 1ª Câmara Cível fluminense definiu que um pedido genérico não é suficiente para a exclusão de resultados de uma busca on-line, sendo necessário respeitar jurisprudência do STJ que obriga a exibir o link de endereços com o conteúdo denunciado.

Para professor da Ufrgs, decisão não deve virar referência

Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) com trabalhos ligados ao Direito da Informática, Cesar Santolim conversou com o *Jornal da Lei* sobre o direito ao esquecimento no cenário jurídico brasileiro e internacional.

Jornal da Lei - Em que cenário se coloca o direito ao esquecimento no ambiente jurídico do nosso País? Quais são as origens dessa discussão?

Cesar Santolim - Ela surge em um contexto de tensão permanente em torno de dois valores altamente tuteláveis: o direito à informação e o direito à privacidade. Esse choque sempre existiu, não está restrito à discussão em torno da informática, mas ganhou novas dimensões. O que há de novo, no caso, é a perenização

da informação. No passado, uma pessoa envolvida em um episódio desagradável - em uma briga na cidade, por exemplo - teria essa questão em torno dela esquecida depois de um tempo, ou se mudaria para outro local, e essa situação não seria lembrada por lá. Hoje, esse episódio fica perene na internet, pode ser acessado e lembrado permanentemente.

JL - Em alguns processos em tramitação no Brasil, são mencionadas decisões anteriores ocorridas fora do País. De que forma o direito ao esquecimento é visto no cenário internacional?

Santolim - Nos EUA, há uma tendência de separar o direito ao esquecimento (oblivion) do direito ao apagamento de informações (erasure), que se refere a pedir supressão de informações que a pró-

pria pessoa prestou. Esse direito é amplamente reconhecido, enquanto o referente ao esquecimento ainda é bastante debatido. Na Europa, os dois se misturam mais, e geralmente se reconhece o direito de apagar as informações em ambos os casos.

JL - Um dos casos apreciados pelo STF (Aida Curi) poderia, supostamente, gerar jurisprudência para a aplicação do direito ao esquecimento no Brasil. Qual a sua leitura sobre esse processo?

Santolim - Alguns dos casos apreciados no País me parecem enquadrados de forma inadequada, em especial esse. Não vejo que ele se relacione ao direito ao esquecimento, pois não há pedido para supressão de banco de dados. Ali se trata muito mais de direitos personalizados, referentes ao nome

e à reputação. Não é nada novo, mesmo porque o programa televisivo não imputou falsamente nada à pessoa mencionada, apenas fez uma recuperação - o que inclusive é ressalvado pela União Europeia, que exclui informações de interesse histórico ou estatístico. Vejamos como o Supremo verá esse caso. Acredito que a decisão anterior (de negar o recurso) seja mantida, mas sem aclarar totalmente a tutela do direito ao esquecimento. Não acredito, seja qual for a decisão, que esse caso vire referência.

JL - E para que lado se inclina a interpretação brasileira sobre esse direito? Somos mais norte-americanos ou europeus?

Santolim - A tradição jurídica no Brasil é mais inclinada à europeia, o que incluiu essa discussão sobre esquecimento. Mas ainda

não temos normas tratando diretamente disso. Talvez tenhamos que construir uma solução normativa, pois o quadro ainda é bastante impreciso. Digamos que uma escola está selecionando professores, e um dos candidatos cumpriu pena por crime relacionado a crianças. Por um lado, a escola e os pais certamente vão querer saber dessa informação; uma pessoa ser reabilitada não remove da história o que ela fez. Por outro, o criminoso cumpriu sua pena, pode alegar que tem direito a buscar um rumo novo em sua vida. Na Alemanha, um político condenado por improbidade queria que seu crime fosse esquecido; mas é do interesse do eleitorado que isso suma das buscas? E muito difícil traçar uma linha que traga um procedimento único para todos os casos.

SISTEMA PRISIONAL

Justiça faz trabalho pioneiro em presídios femininos

Projeto prevê melhorias no ambiente prisional e na relação das detentas com as famílias

Em 15 anos, o número de mulheres presas no Brasil subiu 567%. O aumento vem exigindo que o poder público revise as formas de encarceramento dessas detentas. Na tentativa de garantir a humanização do sistema prisional feminino, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ-RS) adotou um modelo que dá atenção diferenciada à questão.

Na comarca de Porto Alegre, o 1º Juizado da 2ª Vara de Execução Criminal, apelidada de VEC feminina, desenvolve um trabalho pioneiro a respeito do aprisionamento feminino. Além de melhorias no ambiente prisional, a iniciativa busca garantir a manutenção dos laços afetivos das detentas com suas famílias. O trabalho começou a ser desenvolvido em abril de 2014, a partir de sugestão do juiz Sidinei Brzuska, na época responsável por todos os presídios da capital gaúcha.

A juíza Patrícia Fraga, responsável pela fiscalização e acompanhamento do cumprimento de pena em quatro unidades da Capital e Região Metropolitana, inspeciona um estabelecimento por semana, onde checa as condições dos locais e ouve as demandas das mulheres. Atualmente, a magistrada regula o Instituto Penal Feminino de Porto Alegre, o Presídio Feminino Madre Pelletier, o Anexo Feminino da Penitenciária Modulada de Montenegro e a Penitenciária Feminina de Guaíba.

Patrícia destaca uma particularidade desses atendimentos. "Enquanto uma conversa com um preso leva em média 15 minutos, com a presa chega a durar uma hora e meia", diz. Mesmo assim, a magistrada não subestima os problemas dos homens privados de liberdade, mas garante que as mulheres enfrentam questões mais complexas. "Na maior parte das vezes, o encarceramento delas desfaz a unidade familiar", afirma a juíza.

Segundo ela, os filhos são a maior preocupação das mulheres encarceradas. Na tentativa de amenizar esse problema, assim que uma mãe ingressa no sistema prisional, a VEC



Oito gestantes e cinco mães com bebês recém-nascidos estão no Presídio Madre Pelletier

verifica a situação dos filhos e, caso seja necessário, encaminha o caso ao Ministério Público para que sejam tomadas providências.

Atualmente, oito gestantes e cinco mães com bebês recém-nascidos estão instaladas no Presídio Feminino Madre Pelletier. As crianças ficam na unidade até completar um ano e, a partir dos 6 meses, é iniciado o trabalho de preparação para separação de mãe e filho. "Esse processo envolve ainda a família da presa (normalmente os avós), ou seja, a pessoa que vai cuidar da criança", explica a juíza.

O trabalho é desenvolvido em parceria com a Vara da Infância e da Juventude, que expede o termo de guarda aos responsáveis para que a criança possa deixar legalmente a unidade prisional. A medida garante mais conforto à mulher presa, pois permite a manutenção do vínculo com o filho, que pode visitá-la no presídio.

As demais visitas às presas são outra peculiaridade da realidade do cárcere feminino. Enquanto, nos presídios masculinos, esposas e namoradas costumam lotar as filas para manter contato com os companheiros; nas prisões destinadas às mulheres, mãe e irmãos são as visitantes mais comuns.

Além da questão familiar, as condições precárias dos presídios desafiam os gestores estaduais e mobilizam o Judiciário. Recursos provenientes de verbas pecuniárias - cedidas pela vara local de penas alternativas - costumam ser usados para melhorias nas instalações das unidades. No momento, o Presídio Feminino Madre Pelletier, prédio construído na década de 1950, passa por uma reforma. Por abrigar detentas mais vulneráveis, como gestantes, idosas e presas com dificuldades de mobilidade, além de contar com uma unidade materno-infantil, esse presídio recebe ajuda especial da VEC feminina.

Com R\$ 210 mil investidos, a obra, que deve ser concluída em outubro, prevê a troca das redes elétrica e hidráulica, além de reparos na estrutura. Com a melhoria das condições do presídio, será possível instalar equipamentos doados pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen), como aparelhos de ar condicionado, nebulizadores e máquinas de lavar roupa.

CARREIRA

Ex-magistrados retornam à advocacia após se aposentarem

Laura Franco, especial

laurafranco@jornaldocomercio.com.br

Oportunidade, vocação, realização de um sonho. Não importa a razão, o número de ex-promotores, juizes e desembargadores retornando à advocacia é cada vez maior. Dois casos conhecidos no Brasil foram os dos ex-ministros Cezar Peluso e Ellen Gracie, aposentados do Supremo Tribunal Federal. Ambos retiraram suas carteiras na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em 2012.

Em 1970, o advogado Arnaldo

Rizzardo iniciou carreira na magistratura, quase logo após se formar. Foi aprovado em quinto lugar no concurso para juiz, iniciando sua atuação na comarca de Tenente Prudente. Após a primeira experiência como juiz, o atual advogado passou por diversas comarcas, até chegar a Porto Alegre, em 1981. Na Capital, atuou como juiz criminal, passando pela 1ª vara de família e sucessões. Em 1992, foi promovido a desembargador da câmara cível, onde atuou até 1999, quando se aposentou.

A vocação foi o principal motivo para voltar à advocacia. Para ele,

a carreira como magistrado teve impacto importante na função de advogado. "Não só com o conhecimento jurídico, mas para entender que, naquele posto, eu já não tenho a razão de um juiz. Tive que me despir do manto da magistratura", resume.

Ex-presidente da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (Ajuis), de 2002 a 2003, e ex-presidente do Tribunal de Justiça gaúcho (TJ-RS), de 2014 a 2015, o atual advogado José Aquino Flores diz ter o "sangue da advocacia". Isso porque grande parte de sua família está na profissão. Antes mesmo de entrar na

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), Aquino já fazia serviços de acompanhamento processual com seu pai, com quem advogou logo depois de se formar, em 1979.

Mas foi em 1980 que ele resolveu, incentivado por um colega, prestar concurso para juiz, chegando à presidência do TJ-RS, em 2014. Trabalhou em diversas varas, desde a Infância e Juventude até a Fazenda Pública. E, depois de 36 anos e meio de jurisdição, Aquino resolveu seguir para o que ele chama de desafio, a advocacia.

Hoje, ele divide sociedade de

um escritório com o filho. "Atuar como juiz me possibilitou uma experiência riquíssima, até mesmo de gestão pública. Sei de tudo um pouco, e dessa passagem carregou um respeito pela magistratura", reitera.

Aqueles que desejam atuar na advocacia após função na magistratura devem estar atentos para algumas restrições. O advogado deve ficar em quarentena antes de advogar. E, nos casos de presidência em tribunais, como o próprio exemplo de Aquino, o advogado deve ficar até três anos sem atuar no tribunal que presidiu.

ENTREVISTA

Advocacia preventiva quer evitar judicialização de questões

Laura Franco, especial

jornaldalei@jornaldocomercio.com.br

A advocacia preventiva é um setor que vem crescendo dentro da atuação moderna e ganhando espaço especialmente dentro do Direito do Trabalho. Ela possibilita, entre outras coisas, prevenir problemas, reduzindo, principalmente os passivos trabalhistas e judiciais, buscando diminuir o número de processos litigantes. Em entrevista ao *Jornal da Lei*, o advogado especialista em Direito Trabalhista e atuante da advocacia preventiva Michel Escosteguy explica o objetivo desse tipo de atuação e os benefícios para o empresário que busca o advogado antes do litígio.

Jornal da Lei - O que é e em que casos a advocacia preventiva é mais indicada?

Michel Escosteguy - A prática já vem sendo implantada em nosso País, claro que com uma cultura diferente da que é implementada nos Estados Unidos hoje. Trata basicamente de um auxílio preventivo que os empresários ou as pessoas têm antes de tomar uma atitude, planejar algum passo. É uma assessoria permanente, e não é pautada em atos. Faz controle de riscos, reduz o passivo trabalhista e judicial em geral, e pode ser abordada em mais de uma área, como no Direito Trabalhista, Tributário e Civil. Ela proporciona ao empresário o agir respaldado na legislação vigente, não se espera que um problema aconteça, que se tenha a dificuldade. A prevenção, como o nome já diz, previne para que as ações saiam de acordo com o planejado sempre e conforme a lei, gerando uma gestão com responsabilidade. Isso é basicamente a advocacia preventiva. Além disso, hoje sabemos que o Judiciário está afogado em processos, e isso causa desgaste em questões judiciais intermináveis. Essa advocacia evita esse problema, gerando mais segurança e economia para o empresário. Calculamos uma redução em até 80% das ações e demandas judiciais. Hoje, um tempo médio de processo no Direito de Trabalho é de quatro anos. Nesses quatro anos, o empresário fica se desgastando, tem todos os custos, e até mesmo prejudica suas relações civis com parceiros.

IL - Por que o Direito do Trabalho é mais sensível à advocacia preventiva?

Escosteguy - A advocacia preventiva é importante no Direito do Trabalho em função da com-



Escosteguy garante que redução de ações pode chegar a 80%

plexidade da legislação trabalhista, da quantidade de normas que a empresa tem que se adaptar. E se a advocacia preventiva já é importante, hoje, com a reforma trabalhista, ela é indispensável. Chegamos a um número de 100% dos nossos clientes que hoje terão de utilizar da advocacia preventiva para a reforma trabalhista. São mais de 120 mudanças que as empresas terão de se adaptar, mudanças bem polêmicas. Essa reforma vem para modernizar um pouco a CLT, então tem um ruído e uma inquietude forte no meio empresarial e social, e a advocacia preventiva é necessária para o empresário seguir de acordo com a lei e, além disso, não gerar o passivo trabalhista. Hoje, uma empresa é definida pelo número de passivos trabalhistas, e é uma grande desvantagem. A advocacia preventiva não atua somente para beneficiar a empresa, ela impacta diretamente o Judiciário, diminui o número de processos, além de dar segurança para o empregado. Então o nosso objetivo hoje é desmistificar essa questão de procurar o advogado somente na hora do problema. Outro para-

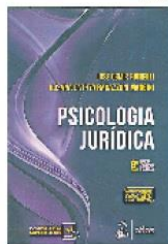
digma que estamos quebrando é de que somente empresas grandes têm acesso a isso, nosso foco é o médio e pequeno empresário. Eles não costumam procurar antes, muito pelo contrário, se tem uma cultura no Brasil de não querer se precisar de advogado ou só se buscar no momento do litígio. E o custo-benefício disso é interessante, é mais vantajoso buscar essa ajuda preventiva.

IL - Quais normalmente são as estratégias dessa atuação?

Escosteguy - No Direito Trabalhista, é acompanhar o dia a dia da empresa, saber qual é o objetivo dela, saber a estruturação, principalmente do quadro de funcionários, e revisar os contratos de trabalho. Na área tributária, é fazer uma revisão fiscal. Mais especificamente na área trabalhista, é fazer um raio X de como a empresa está contratando, remunerando, demitindo. Me aproximei dos sindicatos, conversamos e conciliamos. Não posso fugir da convenção coletiva, mas posso criar uma metodologia própria da empresa com o sindicato. Depois disso, é só acompanhar e manter.

LEITURA

Psicologia



Psicologia Jurídica - José Ozmir Fiorelli, Rosana Cathya Ragazzoni Mangini, Atlas, 418 páginas, preço sugerido R\$ 98,00.

A Psicologia Jurídica insere-se nesse espaço: ela ensaia ao operador do Direito desenvolver uma compreensão diferenciada dos elementos que compõem os inúmeros tipos de conflitos. Por meio dela, ampliam-se os limites estabelecidos pela aparente racionalidade dos fatos e da legislação e mergulha-se no campo da investigação dos conteúdos psicológicos que influenciam as ações dos indivíduos e dos grupos. Os conteúdos teóricos, amplamente consolidados nesta obra, propiciam percepções mais aprofundadas das questões emocionais que cercam os envolvidos nos litígios, além dos próprios operadores do Direito, nos diversos campos da seara jurídica. O livro é indicado para profissionais e estudantes de Direito e de Psicologia.

Falências

A Lei nº 11.101/2005 reestruturou o processo de falência, com medidas que podem agilizar sua tramitação e aumentar sua eficiência. Também introduziu, em substituição à concordata, o instituto da recuperação de empresas, judicial e extrajudicial. A obra *Comentários à Lei de Falências e de Recuperação Judicial* comenta os dispositivos dessa lei, composta por 201 artigos. Partindo da experiência, doutrina e jurisprudência geradas nestes mais de dez anos de vigência da legislação, o autor estuda as normas legais aplicáveis à falência e recuperação, sempre atento aos desdobramentos práticos de sua interpretação. As principais temáticas abordadas são a recuperação judicial, a convalidação da recuperação judicial em falências, e a recuperação extrajudicial.



Comentários à Lei de Falências e de Recuperação de Empresas - Fábio Ulhoa Coelho, Revista dos Tribunais, 560 páginas, preço sugerido R\$ 206,00.

AGENDA-SE

▶ A OAB-ESA oferece o curso de aperfeiçoamento em Direito Ambiental, dia 21/9 a 23/11. A programação oferece noções gerais sobre a área, além de uma visão técnica do licenciamento ambiental, e a questão da advocacia ambiental na prática. As aulas ocorrem das 19h às 21h na rua Washington Luiz, 1110, 7º andar. As inscrições devem ser feitas através do site www.portaldoluno.oabrs.org.br.
▶ Entre os dias 21/9 e 23/9 será realizado em Curitiba, no Paraná, o V Congresso Brasileiro de Direito Civil, organizado pelo Instituto Brasileiro de Direito Civil (IBDCivil). Com apoio da ABDConst

(Academia Brasileira de Direito Constitucional), o evento acontecerá na sede da OAB Paraná. O encontro pretende debater todas as áreas de Direito Civil, e tem como tema central o Direito Civil, Constituição e Unidade Sistemática. Programação e inscrições através do site www.ibdrcivil.wixsite.com/congressoibdrcivil.

▶ No dia 26/9, o IAGS promove a palestra Os enganos e os desenganos: a vida e a morte. O evento faz parte do grupo de estudos de Direito de Família, e ocorre às 12h, no 4º andar do IAGS, na Travessa Eng. Acilino de Carvalho, 21. A palestra é gratuita e aberta ao público.



Nota oficial

A OAB/RS, por meio de seu Conselho Pleno e pelo seu Colégio de Presidentes das 106 subseções, divulgou notas oficiais para manifestar sua profunda indignação frente ao ofensivo artigo firmado pelo presidente da Associação do Ministério Público do RS, Sérgio Harris. A entidade reafirmou sua crença de que existem inúmeros agentes públicos sérios que conseguem ser eficientes agindo dentro da lei. Entendimentos em contrário disto serão, em tempos éticos, coisas do passado. Por fim, lembra ainda aos detratores da advocacia que jamais admitirá que mentiras e falácias sejam vendidas como verdades. Confira as manifestações em www.oabrs.org.br

VIII Conferência Estadual da Advocacia da OAB/RS

A advocacia realizará a VIII Conferência Estadual da OAB/RS nos dias 28 e 29 de setembro no Hotel Plaza São Rafael, em Porto Alegre. A programação do evento foi definida com a colaboração direta da advocacia gaúcha, já que foi oportunizada a indicação de assuntos pelos advogados. Nomes como Araken de Assis, Felipe Santa Cruz e Carlos Ayres Britto estão confirmados. As inscrições podem ser realizadas no site oficial da Conferência: www.oabrs.org.br/conferencia.

Suspensão de prazos nas férias

TRE/RS confirmou pleito da OAB/RS pela suspensão dos prazos processuais por 30 dias a partir de 20 de dezembro. Durante o período mencionado, fica vedada a realização de audiências e sessões de julgamento, exceto aquelas consideradas urgentes ou relativas aos processos criminais envolvendo réus presos, nos processos vinculados a essa prisão. Da mesma forma, fica vedada a publicação de notas de expediente, despachos, decisões interlocutórias, dispositivo das sentenças e ementa dos acórdãos. Esta decisão está em sintonia com a decisão recente, envolvendo as férias da advocacia. A OAB/RS garantiu, pelo 11º ano consecutivo, que seja respeitado o período de 30 dias de férias dos advogados com ações na Justiça Estadual. O TRF4 também atendeu, parcialmente, o pedido da entidade e suspendeu os prazos de 20 de dezembro de 2017 a 06 de janeiro de 2018.

20 de setembro

Os advogados e familiares do Piquete da OAB/RS participarão, na quarta-feira (20), a partir das 7h30min, do Desfile Comemorativo da Semana Farroupilha. O evento será realizado na Avenida Edvaldo Pereira Paiva, próximo ao Estádio Beira-Rio, em Porto Alegre. Os cavalheiros serão liderados pelo vice-presidente da entidade, e patrão do Piquete da OAB/RS, Luiz Eduardo Amaral Pellizzer. Após o desfile, advogados, familiares e amigos se reunirão no Galpão Crioulo Leopoldo Rassier.

IPTU em Porto Alegre

O presidente da OAB/RS, Ricardo Breier, recebeu o vereador em Porto Alegre, Thiago Duarte (DEM). Durante o encontro, o político criticou o projeto da Prefeitura da Capital que prevê o reajuste do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Para Duarte, a proposta é "evidentemente arrecadatória". Breier se comprometeu em garantir que o tema seja analisado pela Ordem. Lembrou ainda que, nos últimos tempos, a OAB/RS tem se posicionado contra iniciativas que onerem a população. "Temos uma bandeira: não ao aumento de tributos", ressaltou.

Departamento de Comunicação Social
pauta@oabrs.org.br - www.oabrs.org.br

Registre sua marca.
Proteja sua invenção.

www.sko.com.br | 51 3342.9323



OPINIÃO

Reforma trabalhista - fôlego para o empresariado brasileiro

Paula Juruena Eidt

Como já é de conhecimento geral, a Lei nº 13.467, mais conhecida como reforma trabalhista, foi sancionada pelo presidente Michel Temer em 13 de julho de 2017 e entrará em vigor em 13 de novembro de 2017 - embora com algumas readaptações já sussurradas, que virão em breve através de Medidas Provisórias.

A tão aguardada e necessária reforma na legislação trabalhista, apesar de estar muito longe de resolver todos os problemas econômicos que assolam nosso País, dá animo e esperança ao setor produtivo. É possível citar inúmeros pontos de reforma bastante interessantes, mas por ora a reflexão se limitará a pontuais alterações que não alteraram absolutamente nenhum direito dos trabalhadores, mas impactam sobremaneira na definição de estratégias empresariais e que, com certeza, injetam ânimo aos empresários para seguir investindo no Brasil.

Dentre essas alterações é relevante discorrer, sucintamente, acerca de alguns novos conceitos ou limitações:

• **Grupo econômico:** embora já houvesse na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) uma definição de grupo econômico, uma breve pesquisa da jurisprudência trabalhista evidencia interpretações desarrazoadas do instituto, visando unicamente encontrar alguém para ser responsabilizado pelas obrigações decorrentes da relação de emprego. A esperança que surge pela recente legislação é a explicitação de que a mera identidade de sócios não caracteriza o grupo econômico, sendo que será necessário que esteja demonstrado o interesse integrado, a efetiva comunhão de interesses e a atuação conjunta das empresas.

• **Sócio retirante:** inexistia na legislação trabalhista definição sobre o período em que o sócio retirante permaneceria responsável pelas obrigações trabalhistas da sociedade, pelo que a ausência de uniformidade das decisões judiciais - que muitas vezes surpreendiam ex-sócios que há muito haviam se desligado da empresa - causava uma insegurança jurídica desconcertante. Com a reforma trabalhista, ficou definido que a responsabilidade subsidiária

do sócio retirante abrangerá o período em que figurou como sócio, mas somente em relação às ações ajuizadas até dois anos depois de averbada a modificação do contrato. Ainda, ficou explicitado na lei que as execuções deverão respeitar uma ordem de preferência, sendo que os sócios retirantes respondem apenas após a empresa devedora e os sócios atuais. Havendo prova de fraude da modificação societária, o sócio retirante responderá solidariamente com os demais.

• **Redução ou isenção de depósitos recursais:** Atualmente, o teto dos valores a serem recolhidos em caso de interposição de recursos é de R\$ 9.189,00 para recurso ordinário e R\$ 18.378,00 para recurso de revista. Em que pese esse valor possa ser utilizado para pagamento da condenação em caso de uma decisão desfavorável ser mantida pelos tribunais trabalhistas, é fato que algumas sociedades empresariais têm uma enorme dificuldade de efetuar este recolhimento simplesmente para ter a possibilidade de ver a decisão de origem revisada pelas instâncias superiores. Atenta a esta realidade - visando dar efetividade ao princípio do duplo grau de jurisdição -, a Lei nº 13.467 foi sancionada prevendo a redução pela metade do depósito recursal para entidades sem fins lucrativos, empregadores domésticos, microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, bem como prevendo a isenção, além dos beneficiários da Justiça gratuita, para as entidades filantrópicas e para as empresas em recuperação judicial. Além disso, inovou-se prevendo a possibilidade de substituição do depósito recursal por fiança bancária ou seguro-garantia judicial.

• **Limitação de custas processuais:** A fórmula do cálculo das custas processuais para o processo de conhecimento relativo aos litígios trabalhistas permanece inalterada, ou seja, 2% sobre o valor do acordo ou da condenação, sobre o valor da causa ou sobre o valor que o juiz fixar, a depender de como findará o litígio. Ocorre que, até o advento da lei em análise, em que pese existisse valor mínimo, de R\$ 10,64, inexistia valor máximo, sendo que, para recorrer, é necessário o pagamento e sua comprovação dentro do prazo recursal. Até então, caso a condenação originária fosse

fixada em R\$ 2.000.000,00 pelo juiz (em uma ação civil pública, por exemplo), as custas que deveriam ser recolhidas pela empresa para recorrer totalizariam R\$ 40.000,00 - além do depósito recursal. A novidade trazida pela reforma trabalhista é a fixação de um valor máximo de quatro vezes o limite dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social (atualmente, totaliza R\$ 22.125,24) - que, apesar de ainda ser expressivo, traz uma maior previsibilidade acerca dos custos oriundos do processo.

Os quatro assuntos ora tratados, assim como muitos outros, poderão favorecer o ambiente econômico que está por vir. O incremento no conceito do grupo econômico e a definição clara da limitação da responsabilidade do sócio retirante são alterações essenciais, que certamente trazem um maior conforto aos empreendedores que saem de uma empresa para criar outra ou que possuem mais de uma empresa - abrindo maior espaço para o desenvolvimento da economia, uma vez que ensejam uma maior segurança jurídica para a estratégia dessas movimentações e alterações societárias. Quanto ao depósito recursal e às custas processuais, ambos imprescindíveis para a interposição de recursos, as alterações certamente confortaram a realidade das partes que pretendem rever as decisões nas cortes superiores, mas que a disponibilização repentina de valores tão significativos - antes mesmo da decisão final - poderia causar um impacto negativo bastante significativo.

As mudanças legislativas, sem sombra de dúvidas, eram necessárias, não apenas porque a legislação trabalhista não estava acompanhando a realidade das relações de trabalho, mas também porque o empresariado brasileiro e investidores estrangeiros precisavam de um pouco mais de segurança jurídica para a tomada de decisões, bem como um tratamento distinto e adequado às diferentes realidades das empresas. É preciso dar espaço e fôlego para os empregadores/empreendedores gerenciarem suas empresas com segurança jurídica e respeitando sua realidade econômica.

Advogada especialista em
Direito Trabalhista

O SUL ADOTA PRINCÍPIOS EDITORIAIS
DE PLURALISMO, APARTIDARISMO,
JORNALISMO CRÍTICO E INDEPENDÊNCIA.

AS COLUNAS REFLETEM A OPINIÃO DOS AUTORES E NÃO DO JORNAL O SUL.
O JORNAL NÃO SE RESPONSABILIZA E NEM PODE SER RESPONSABILIZADO
PELAS INFORMAÇÕES DOS COLUNISTAS OU POR PREJUÍZOS DE QUALQUER
NATUREZA EM DECORRÊNCIA DO USO DESTAS INFORMAÇÕES.

CADERNO **C**OLUNISTAS



ARMANDO BURD

FERROADA NO BOLSO.

O aumento do IPTU em Porto Alegre está próximo da aprovação. Levantamento feito ontem à tarde mostrou que o placar era de 16 vereadores a favor e 16 contrários ao projeto que aumenta o valor cobrado atualmente. O Executivo sairá vitorioso se chegar a 19 votos. Outros quatro, do total de 36, não se decidiram. As galerias da Câmara estavam vazias, demonstrando que a população não se sensibilizou com a possibilidade de desembolsar, em média, 30 por cento a mais do que pagou este ano. Falta aprender com as mobilizações de corporações.

Na corrida

O Executivo foi estrategista. Retardou ao máximo o envio do projeto do novo IPTU à Câmara Municipal que terá de votar até a próxima quarta-feira para entrar em vigor a 1º de janeiro de 2018. O vereador Roberto Robaina espetou, dizendo que o prefeito Nelson Marchezan passou o primeiro semestre criando conflitos como cortina de fumaça e, no último momento, atropelou com o tarifaço.

Pouco tempo

A vereadora Fernanda Melchionna foi à tribuna para denunciar que só ontem recebeu o anexo com 430 páginas que detalha os aumentos pretendidos. O prazo é muito curto para analisar. A mesma opinião tem outros 15 vereadores que se recusam a votar no escuro, sem saber com exatidão qual será o reflexo no bolso dos contribuintes.

Mesmo modelo

O governo do PSDB ressuscitou o projeto do imposto progressivo, apresentado na gestão do prefeito Tarso Genro, e que foi derrotado em 2001.

Permuta

As bancadas do PDT e do PMDB acreditam que exista um acordo do Executivo com o PT. Em troca do apoio ao aumento do IPTU, o prefeito Marchezan retiraria da pauta os projetos que causarão prejuízos a conquistas dos servidores municipais.

Vão adiando

Há 51 projetos, que passaram por todas as comissões,

na fila de votações da Assembleia Legislativa. O mais antigo é do deputado Adão Villaverde, que trata da destinação dos resíduos sólidos pelos órgãos da administração pública estadual. Começou a tramitar de 2010.

Saída rápida

Reportagem publicada ontem pelo jornal inglês The Guardian afirma que brasileiros envolvidos em escândalos de corrupção estão comprando imóveis em Portugal para obter vistos permanentes de moradia no País.

Como se Interpol não existisse desde 1923 para capturar furtivos em qualquer lugar.

Aqui não pega

Prefeitos começam a bater na porta de deputados estaduais com cópia da lei esdrúxula aprovada pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Livra integrantes do primeiro escalão em municípios de multas aplicadas pelo Tribunal de Contas e cujos valores variam de 1 mil a 4 mil reais.

Motivo da indignação

Em uma roda de empreendedores e economistas, ontem à noite, o assunto era a crise financeira do governo estadual. Ao final da conversa, a constatação: o Rio Grande do Sul tem vocação da grandeza. É preciso apenas não impedir que se realize. A conclusão: sucessivas gestões empurraram demais a locomotiva ladeira abaixo.

Em 1967 quer o fim do "Excelência"

Amanhã serão assinalados 50 anos da inauguração do Palácio Farroupilha, sede da Assembleia. Na área existia o Auditório Araújo Vianna, transferido para o Parque Farroupilha. O projeto do novo prédio da Praça da Matriz foi idealizado pelos arquitetos paulistas Gregório Zolko e Wolfgang Schoeder, vencedores de concurso nacional.

Novos tempos

Quando a professora pediu ao aluno para escrever a palavra ética no quadro, ele se apressou: "Mas roubaram o giz..."

O SUL ADOTA PRINCÍPIOS EDITORIAIS
DE PLURALISMO, APARTIDARISMO
JORNALISMO CRÍTICO E INDEPENDÊNCIA.

AS COLUNAS REFLETEM A OPINIÃO DOS AUTORES E NÃO DO JORNAL O SUL.
O JORNAL NÃO SE RESPONSABILIZA E NEM PODE SER RESPONSABILIZADO
PELAS INFORMAÇÕES DOS COLUNISTAS OU POR PREJUÍZOS DE QUALQUER
NATUREZA EM SEQUÊNCIA DO USO DESTAS INFORMAÇÕES.

CADERNO COLUNISTAS



FLÁVIO PEREIRA

JOÃO DORIA NO RS: "VIAJO COM MEU JATINHO".

Antes de responder formalmente ao pedido de informações do Ministério Público de São Paulo, a uma ação na qual o Partido dos Trabalhadores questiona suas viagens pelo país, o prefeito de São Paulo João Doria (PSDB) que ontem esteve em Porto Alegre, deu uma resposta prévia, nas redes sociais: "Antes que os maldosos digam que esta postagem é para alfinetar o governador Geraldo Alckmin, não é. A relação com Geraldo Alckmin foi construída à base de muito respeito e amizade. Assim permanecerá. Minha resposta é para o PT, que não gosta de trabalhar e reclama de quem trabalha". Doria falou ao meio dia em evento da Lide, no Leopoldina Juvenil, para empresários e convidados da Lide, e à noite falou no Teatro da Feevale, para empresários, estudantes e professores. E deu a resposta definitiva: "viajo com meu jatinho, e com meu dinheiro".

Mauro Pereira com Padilha

O deputado federal Mauro Pereira (PMDB) começou a semana com uma forte agenda positiva. Ontem, participou de uma reunião com o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha. Na pauta, o programa "Mais Alimentos Internacional" – programa ligado a Secretaria Especial de Agricultura Familiar – que trata sobre exportação de máquinas agrícolas. Mauro Pereira já havia anunciado na última semana, cerca de R\$ 860 mil em verbas de emendas para a área da saúde. As cidades beneficiadas foram Caxias do Sul (500 mil), Farroupilha (250 mil) e Antônio Prado (109,7 mil). Em Caxias, o beneficiado foi o Hospital Pompéia, em Farroupilha,

o São Carlos, e em Antônio Prado, o São José.

Articulação do RS com Mendoza

Andou bem o presidente da Fiergs, a Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, Gilberto Porcello Petry, ao propiciar ontem uma articulação positiva do estado, com a província argentina de Mendoza. O Rio Grande do Sul e a província de Mendoza, na Argentina, formalizaram a criação de uma comissão permanente para definir ações que facilitem acordos de integração econômica e comercial entre os dois Estados. O encontro ocorreu na sede da entidade, juntamente com industriais gaúchos e representantes do governo do RS.

Auditoria internacional na preservação ambiental

O ministro do Tribunal de Contas da União, Augusto Nardes, saudou ontem um passo importante conquistado na área da preservação ambiental. Nardes lembrou que, desde 2012 vem trabalhando para realizar auditoria de preservação ambiental, recordando que "fizemos na Amazônia 9 estados, depois América Latina e Caribe e agora a África aceitou a nossa metodologia." O ministro registrou o encontro com dirigentes do comitê da Intossai, Instituto Internacional com sede na Noruega e outros países. "Já temos indicadores dos parques e reservas para saber da biodiversidades e o efeito estufa. A reunião está sendo em Washington. Agora vamos convencer o planeta para deixar um futuro melhor para as gerações vindouras", projeta.